

PREGÃO ELETRÔNICO

90005/2026

CONTRATANTE (UASG)

(160002)

OBJETO

Registro de preços para eventual aquisição de material de consumo limpeza e expediente.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 821.426,40

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 15/04/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço

MODO DE DISPUTA:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ...	9
8. DA FASE DE JULGAMENTO	13
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	17
11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	18
12. DOS RECURSOS	19
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	20
14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	23

EDITAL DE LICITAÇÃO

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026
(Processo Administrativo nº 65323.002518/2026-28)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

(Processo Administrativo nº 65323.002518/2026-28)

Torna-se público que o(a) Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva (Cmdo Fron Acre/4º BIS), por meio do(a) Setor de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC), sediado(a) Rua Colômbia, 534, Bairro Bosque, CEP 69.909-700, Rio Branco-AC, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de preços para eventual aquisição de material de consumo limpeza e expediente para o setor de provisionamento do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Havendo divergência entre o edital e compras governamentais, com relação à DESCRIÇÃO de itens, prevalece o que estiver no TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DESTE EDITAL, haja vista que o compras governamentais opera com catálogos preestabelecidos.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2 sociedades que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4 autores do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.1 deste Edital.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. 5.5.1 Nos itens de cota reservada para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para a respectiva cota; 5.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte (cota principal), a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica: 5.6.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica; 5.6.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei; 5.6.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo; 5.6.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica; 5.6.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar; 5.6.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores; 5.6.10 constituída sob a forma de sociedade por ações. 5.6.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras: 5.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e 5.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.12.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário e total do item;

6.1.2 marca;

6.1.3 fabricante;

6.1.4 Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de cada item;

6.1.5 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, a marca e prazo de validade;

6.1.6 É primordial que a proposta contenha CONTATO VALIDO (e-mail e telefone), caso a CPL necessite entrar em contato.

6.1.7 Não será aceita proposta incompleta, ou apenas copiada do TR. A proposta precisar ser fidedigna com o objeto ofertado.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o

PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.20.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2 Empresas brasileiras;

7.21.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 6 (seis) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros: 8.1.1 SICAF; 8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1 contiver vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 15% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por Email: salc4bislicitacoes@gmail.com

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder,

imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 06 (seis) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (Três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que: 10.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e 10.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. 10.8.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e 11.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata. 11.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado. 11.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá: 11.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou 11.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição. 12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Colômbia 534, Bairro Bosque, Rio Branco-Ac, nos dias úteis, no horário das 09:30 horas às 12:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

13.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

13.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.6 fraudar a licitação;

13.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

13.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 advertência;

13.2.2 multa;

13.2.3 impedimento de licitar e contratar e

13.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1 Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 1% a 5% do valor do contrato licitado.

13.4.2 Para as infrações previstas nos itens 13.1.3, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, a multa será de 1% a 5% do valor do contrato licitado.

13.4.3 Multa Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega do objeto, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: salc4bislicitacoes@gmail.com.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

15.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;

15.11.2 Anexo II - Minuta de Ata de Registro de Preços;

Aprovo o presente Edital, elaborado pelo Setor de Aquisição, Licitações e Contratos para aquisição de material de consumo limpeza e expediente, por meio de Pregão Eletrônico SRP 90005/2026. Os itens a serem adquiridos são essenciais para manter a rotina administrativa do Comando de Fronteira Acre / 4º Batalhão de Infantaria de Selva, no decorrer do ano.

Rio Branco, 26 de fevereiro de 2026.

LUIZ HENRIQUE SILVA DE SOUZA
Chefe equipe planejamento e contratação

FÁBIO ROBERTO SANTOS ALCÂNTARA – CEL
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4º BIS

4. BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/MES/AC

Estudo Técnico Preliminar 8/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

O Comando de Fronteira Acre, no desempenho de suas atribuições institucionais de defesa da Pátria, garantia da soberania nacional e manutenção da presença do Estado na faixa de fronteira, necessita assegurar condições adequadas de funcionamento administrativo, operacional e estrutural de suas instalações.

Para tanto, torna-se imprescindível a aquisição contínua de materiais de consumo destinados à limpeza, expediente e manutenção da vida vegetativa das organizações militares subordinadas. Tais materiais são essenciais para:

- Garantir condições adequadas de higiene, salubridade e conservação das instalações, prevenindo riscos à saúde do efetivo militar;
- Assegurar o regular funcionamento das atividades administrativas, por meio do fornecimento de materiais de expediente indispensáveis à gestão documental, comunicação interna e execução de processos administrativos;
- Manter a operacionalidade das estruturas físicas, alojamentos, refeitórios, áreas administrativas e demais dependências, assegurando condições dignas de trabalho e permanência do efetivo;
- Preservar o patrimônio público sob responsabilidade da Unidade, mediante ações contínuas de conservação e manutenção preventiva.

Considerando as características geográficas e climáticas da região amazônica, marcadas por elevada umidade, calor intenso e difícil acesso logístico, há maior desgaste das instalações e maior consumo de materiais de limpeza e manutenção, o que reforça a necessidade de planejamento adequado e aquisição regular desses insumos.

A ausência ou insuficiência desses materiais compromete diretamente a rotina administrativa, as condições sanitárias, a conservação do patrimônio e, conseqüentemente, a eficiência operacional do Comando de Fronteira Acre.

Dessa forma, a presente contratação justifica-se pela necessidade contínua e permanente de suprimento de materiais de consumo, garantindo o pleno funcionamento das atividades institucionais e a manutenção da capacidade operacional da Organização Militar.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Almoxarifado	LUIZ HENRIQUE SILVA DE SOUZA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação de empresa(s) para fornecimento de materiais de consumo destinados à limpeza, expediente e manutenção da vida vegetativa do Comando de Fronteira Acre deverá observar os seguintes requisitos:

Requisitos Gerais

- a) Os materiais deverão ser novos, de primeiro uso, não recondicionados e atender às especificações técnicas usuais de mercado;
- b) Deverão possuir padrão de qualidade compatível com as normas técnicas aplicáveis (ABNT, INMETRO e demais regulamentações vigentes), quando couber;
- c) Os produtos deverão apresentar prazo de validade adequado, especialmente os materiais de limpeza, observando-se prazo mínimo a ser definido no Termo de Referência;
- d) As embalagens deverão estar íntegras, devidamente lacradas e conter identificação clara do fabricante, lote e data de fabricação/validade, quando aplicável;
- e) O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, conforme necessidade da Administração, mediante a emissão da nota de empenho.

Requisitos Específicos por Categoria

Materiais de Limpeza:

- Produtos adequados às condições climáticas da região amazônica (alta umidade e calor);
- Eficiência comprovada na higienização e desinfecção de ambientes administrativos, alojamentos, refeitórios e áreas comuns;
- Observância às normas sanitárias e ambientais vigentes;
- Quando aplicável, produtos biodegradáveis ou com menor impacto ambiental.

Materiais de Expediente:

- Compatibilidade com os equipamentos existentes (impressoras, copiadoras, equipamentos de informática);
- Qualidade que assegure boa durabilidade e desempenho nas atividades administrativas;
- Padronização conforme rotinas administrativas da Organização Militar.

Materiais para Manutenção da Vida Vegetativa:

- Itens destinados à conservação predial básica, pequenos reparos, manutenção preventiva e corretiva de instalações;
- Materiais que garantam condições adequadas de habitabilidade, segurança e funcionamento das estruturas;
- Conformidade com normas técnicas aplicáveis.

Requisitos Logísticos

- a) A empresa contratada deverá garantir capacidade de entrega na região do Estado do Acre, considerando as peculiaridades logísticas da faixa de fronteira;
- b) O prazo de entrega deverá ser compatível com a urgência e a necessidade administrativa, a ser definido em instrumento convocatório;
- c) A contratada deverá assegurar reposição de itens que apresentem defeitos, vícios ou inconformidades.

Requisitos de Sustentabilidade

- a) Sempre que possível, deverão ser priorizados produtos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental;
- b) Observância às diretrizes da legislação ambiental vigente;
- c) Destinação ambientalmente adequada de embalagens, quando aplicável.

Requisitos de Habilitação

- a) Regularidade fiscal, trabalhista e jurídica, conforme legislação vigente;
- b) Comprovação de aptidão para fornecimento compatível com o objeto;
- c) Atendimento às exigências da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

5. Levantamento de Mercado

Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com a finalidade de identificar as soluções disponíveis para suprir a demanda por materiais de limpeza, materiais de expediente e demais itens necessários à manutenção da vida vegetativa do Comando de Fronteira Acre.

A pesquisa realizada demonstrou que o mercado nacional e regional apresenta ampla oferta dos bens pretendidos, com diversos fornecedores aptos a atender às especificações usuais da Administração Pública. Os itens demandados — tais como produtos de higienização (detergentes, desinfetantes, água sanitária, álcool 70%, papel higiênico, papel toalha, sacos de lixo, entre outros), bem como materiais de expediente (papel A4, canetas, pastas, toners, cartuchos, envelopes e correlatos) — caracterizam-se como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo mercado.

Verificou-se, ainda, que os referidos materiais possuem padronização comercial, ampla concorrência e disponibilidade regular, com prazos de entrega compatíveis com as necessidades administrativas desta Organização Militar, não havendo restrição significativa de fornecedores que comprometa a competitividade do certame.

Não foram identificadas soluções inovadoras ou alternativas técnicas que substituam, com vantagem técnica ou econômica, a aquisição direta dos materiais. Considerando tratar-se de bens de consumo continuado, essenciais à manutenção das atividades administrativas e operacionais e à adequada gestão da vida vegetativa da Organização Militar, conclui-se que a contratação por meio de procedimento licitatório competitivo mostra-se a solução mais adequada, assegurando a observância dos princípios da legalidade, economicidade, eficiência, planejamento e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

6. Descrição da solução como um todo

A aquisição de materiais de limpeza, materiais de expediente e demais itens destinados à manutenção da vida vegetativa do Comando de Fronteira Acre justifica-se pela necessidade contínua de garantir condições adequadas de higiene, salubridade, organização administrativa e pleno funcionamento das atividades institucionais desta Organização Militar.

Os materiais de limpeza são essenciais para assegurar a conservação das instalações, a prevenção de riscos sanitários e a manutenção de ambientes adequados ao trabalho e à permanência do efetivo. Por sua vez, os materiais de expediente são indispensáveis ao regular desempenho das atividades administrativas, instrução, controle documental e gestão interna.

Trata-se de bens comuns, de consumo rotineiro e continuado, amplamente disponíveis no mercado, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, conforme art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021. O levantamento de mercado realizado demonstrou ampla competitividade e diversidade de fornecedores aptos a atender às especificações técnicas da Administração, não havendo solução alternativa mais vantajosa que substitua a aquisição direta dos itens.

A adoção do Pregão Eletrônico, preferencialmente pelo Sistema de Registro de Preços, mostra-se adequada em razão:

- I – Da natureza comum dos bens;
- II – Da necessidade de entregas parceladas ao longo do exercício;
- III – Da variação de consumo conforme a demanda administrativa;

- IV – Da busca pela proposta mais vantajosa, com ampla competitividade;
V – Da otimização da gestão orçamentária e logística.

A solução proposta assegura economicidade, eficiência, planejamento e continuidade do abastecimento, evitando aquisições emergenciais e descontinuidade das atividades administrativas e operacionais.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida é necessária, adequada e plenamente alinhada ao interesse público e às disposições da Lei nº 14.133/2021.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	CAT MAT	MIN	MAX
1	ALFINETE MAPA, MATERIAL:AÇO, MATERIAL CABEÇA:PLÁSTICO, FORMATO CABEÇA:REDONDO, COR:VARIADA	607788	5	80
2	ALVO DE TIRO, MATERIAL:PAPEL CARTÃO, TIPO:QUADRADO, TAMANHO APROXIMADO: 90 X 60 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SILHUETA PRETA	468994	5	1000
3	ALVO DE TIRO, MATERIAL:PAPEL CARTÃO, TIPO:QUADRADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ALVO PARA PISTOLA, DE COMPETIÇÃO, TAMANHO APROXIMADO: 25 E 50 M.	468996	5	500
4	ALVO DE TIRO MATERIAL: PAPEL CARTÃO , TIPO: QUADRADO , TAMANHO APROXIMADO: 104 X 103 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALVO PARA FUZIL, DE COMPETIÇÃO, 300 M.	468995	5	1000
5	APAGADOR QUADRO BRANCO, FELTRO, ACRÍLICO, ESTOJO COM COMPARTIMENTO PARA 2 PINCÉIS	427366	1	20
6	APONTADOR LÁPIS, MATERIAL:METAL E PLÁSTICO, TIPO:ESCOLAR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM DEPÓSITO	464636	5	100
7	BARBANTE ALGODÃO, QUANTIDADE FIOS:8 UN, ACABAMENTO SUPERFICIAL:CRÚ	435053	1	20

8	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL TIPO: COPPER AND BLACK ,	614546	5	50
9	CADEADO, MATERIAL LATÃO MACIÇO, MATERIAL HASTE AÇO, ALTURA 50 MM, LARGURA 25 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CORPO, PINOS E CONTRAPINOS EM LATÃO	476081	5	50
10	CADEADO MATERIAL: LATÃO MACIÇO , MATERIAL HASTE: AÇO INOXIDÁVEL, ALTURA: 50 MM, LARGURA: 25 M	285758	5	100
11	CAIXA ARQUIVO MATERIAL: PLÁSTICO CORRUGADO , DIMENSÃO APROXIMADO (C X L X A): 35,0 X 13,0 X 25,0 CM, COR: BRANCO , IMPRESSÃO: PADRÃO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TRAVA	629451	5	200
12	CAIXA CORRESPONDÊNCIA MATERIAL: ACRÍLICO , COR: FUMÊ , TIPO: TRIPLA , COMPRIMENTO APROXIMADO: 370 MM, LARGURA: 260 MM, ALTURA: 50 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ARTICULAÇÃO EM ACRÍLICO	336564	1	30
13	CAIXA CORRESPONDÊNCIA, MATERIAL: POLIETILENO, COR:INCOLOR, TIPO:TRIPLA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM INCLINAÇÃO ENTRE AS BANDEJAS	336564	5	50
14	CANETA ESFEROGRÁFICA MATERIAL: PLÁSTICO , QUANTIDADE CARGAS: 1 UN, MATERIAL PONTA: AÇO INOXIDÁVEL COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO , TIPO ESCRITA: MÉDIA , COR TINTA: AZUL	628592	1	20
15	CANETA ESFEROGRÁFICA MATERIAL: PLÁSTICO , QUANTIDADE CARGAS: 1 UN, MATERIAL PONTA: PLÁSTICO COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO , TIPO ESCRITA: MÉDIA , COR TINTA: PRETA , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ORIFÍCIO LATERAL	432816	1	20

16	CANETA ESFEROGRÁFICA, MATERIAL: PLÁSTICO, QUANTIDADE CARGAS:1 UN, MATERIAL PONTA:LATÃO COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TIPO ESCRITA:MÉDIA, COR TINTA:VERMELHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MATERIAL TRANSPARENTE E COM ORIFÍCIO LATERAL	628593	1	10
17	CAPA ENCADERNAÇÃO, MATERIAL PVC-CLORETO DE POLIVINILA, TIPO A4, COR INCOLOR	486246	1	10
18	TOALHA DE PAPEL, MATERIAL 100% CELULOSE VIRGEM, TIPO FOLHA 2 DOBRAS, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS INTERFOLHADA	481231	5	600
19	CLIQUE, TRATAMENTO SUPERFICIAL: NIQUELADO, APLICAÇÃO:MATERIAL DE EXPEDIENTE, TAMANHO:1/0, MATERIAL:AÇO INOX, FORMATO:PARALELO	401194	5	100
20	CLIQUE, TRATAMENTO SUPERFICIAL: NIQUELADO, APLICAÇÃO:MATERIAL DE EXPEDIENTE, TAMANHO:3/0, MATERIAL:AÇO INOX, FORMATO:PARALELO	367974	5	100
21	CLIQUE, TRATAMENTO SUPERFICIAL: NIQUELADO, APLICAÇÃO:MATERIAL DE EXPEDIENTE, TAMANHO:4/0, MATERIAL:AÇO INOX, FORMATO:PARALELO	292031	5	100
22	CLIQUE, TRATAMENTO SUPERFICIAL: NIQUELADO, APLICAÇÃO:MATERIAL DE EXPEDIENTE, TAMANHO:6/0, MATERIAL:AÇO INOX, FORMATO:PARALELO	483432	5	100
23	CLIQUE, TRATAMENTO SUPERFICIAL: NIQUELADO, APLICAÇÃO:MATERIAL DE EXPEDIENTE, TAMANHO:8/0, MATERIAL:AÇO INOX, FORMATO:PARALELO	458597	5	100
	COLA, COMPOSIÇÃO ESTER DE CIANOACRILATO, COR INCOLOR, APLICAÇÃO VIDRO,BORRACHA,PLÁSTICO,			

24	PVC,METAL,ACRÍLICO,NÁILON, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS INSTANTÂNEA, TIPO LÍQUIDO, DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR À MARCA TEK BOND	620803	5	70
25	COLA, COMPOSIÇÃO POLIVINIL ACETATO- PVA, COR BRANCA, APLICAÇÃO ESCOLAR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LAVÁVEL, NÃO TÓXICA, TIPO LÍQUIDO	628594	5	500
26	CORANTE EM PO COM PIGMENTOS, CORES DIVERSAS, APLICAÇÃO MULTIUSO, APRESENTAÇÃO EM CAIXAS COM 500 GRAMAS, PADRAO SUPERIOR OU SIMILAR À MARCA XADREZ	457208	5	200
27	CONTRA-CAPA DE ENCADERNAÇÃO, MATERIAL:PVC - CLORETO DE POLIVINILA, TIPO:A4, COR:PRETA	486246	1	20
28	ENVELOPE, MATERIAL:KRAFT, MODELO: SACO, COR:PARDA, GRAMATURA:80 G/M2	626115	5	1000
29	ENVELOPE, MATERIAL:KRAFT, MODELO: SACO PADRÃO, COR:BRANCO, GRAMATURA: 80 G/M2	625968	5	1000
30	ESTILETE, TIPO LARGO, ESPESSURA 18 MM, APLICAÇÃO ESCRITÓRIO	445224	5	300
31	ESPIRAL ENCADERNAÇÃO MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA , DIÂMETRO APROXIMADO: 29 MM, COMPRIMENTO APROXIMADO: 33 CM, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	625377	1	30
32	ESPIRAL ENCADERNAÇÃO, MATERIAL:PVC - CLORETO DE POLIVINILA, DIÂMETRO:12 MM.	445490	1	20
33	ETIQUETA ADESIVA, MATERIAL:PAPEL ALCALINO, COR:BRANCA, APLICAÇÃO: IMPRESSORA LASER E JATO TINTA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:AUTO- ADESIVA, FOLHA COM 20 ETIQUETAS	626818	1	20

34	EXTRATOR GRAMPO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:ESPÁTULA	429829	5	200
35	FITA ADESIVA, MATERIAL SILICONE, TIPO DUPLA FACE, LARGURA 19 MM, COMPRIMENTO 20 M, ESPESSURA 1 MM, COR VERDE, APLICAÇÃO MULTIUSO	355222	5	50
36	FITA ADESIVA, MATERIAL POLIPROPILENO TRANSPARENTE, TIPO DUPLA FACE, LARGURA 12 MM, COMPRIMENTO 30 M, COR INCOLOR, APLICAÇÃO MULTIUSO	450593	5	200
37	FITA ADESIVA, MATERIAL POLIPROPILENO, TIPO TRANSPARENTE, LARGURA 50 MM, COMPRIMENTO 50 M, APLICAÇÃO EMPACOTAMENTO	445375	5	400
38	FITA ADESIVA, MATERIAL:PAPEL KRAFT, TIPO:GOMADA, LARGURA:50 MM, COMPRIMENTO:50 M, COR:MARROM, APLICAÇÃO:EMPACOTAMENTO	367443	5	70
39	FITA ADESIVA, MATERIAL:CREPE, TIPO: MONOFACE, LARGURA:50 MM, COMPRIMENTO:50 M, COR:BRANCA, APLICAÇÃO:MULTIUSO	438783	5	150
40	FITA SINALIZAÇÃO TIPO: ZEBRADA, MATERIAL PLÁSTICO, COMPRIMENTO: 50 M, LARGURA 70 MM, COR PRETA E AMARELA, APLICAÇÃO SINALIZAÇÃO DE ADVERTÊNCIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FORMATO CORES EM DIAGONAL.	444949	5	150
41	GRAMPEADOR, MATERIAL METAL, TIPO MESA, CAPACIDADE 25 A 100 FOLHA, TAMANHO GRAMPO 26/6, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PINTURA EPÓXI	433777	5	40
42	GRAMPEADOR, MATERIAL ALUMÍNIO, TIPO TAPECEIRO, TAMANHO GRAMPO 9/16 , 1/2 , 3/8 . 5/16 , 1/4 .	29262	1	20

43	GRAMPO GRAMPEADOR, MATERIAL METAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL GALVANIZADO/COBREDO, TAMANHO 26/6, USO GRAMPEADOR DE MESA	425226	5	200
44	GRAMPO PASTA, MATERIAL PLÁSTICO POLIPROPILENO, APRESENTAÇÃO TRILHO, COMPRIMENTO 80 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CAPACIDADE 200 FOLHAS, COR BRANCA	449701	5	120
45	GRAMPO, MATERIAL AÇO, APLICAÇÃO MADEIRAS, COMPENSADOS E TAPEÇARIAS, TAMANHO 106/6 POL	632034	5	40
46	LACRE SEGURANÇA, MATERIAL PLÁSTICO, COMPRIMENTO 23 CM, APLICAÇÃO FECHAMENTO DE MALOTES, TIPO ESPINHA DE PEIXE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS NUMERADO	625635	5	60
47	LÁPIS PRETO, MATERIAL CORPO MADEIRA DE MANEJO SUSTENTÁVEL, DUREZA CARGA B, FORMATO CORPO SEXTAVADO, MATERIAL CARGA GRAFITE PRETO Nº2	428204	1	10
48	PLÁSTICO, MATERIAL:LISOLENE, COR: BRANCA, TIPO USO:DECORAÇÃO, COMPRIMENTO:100 M	621054	1	5
49	LIVRO ATA, MATERIAL PAPEL OFSETE, QUANTIDADE FOLHAS 100 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FOLHAS PAUTADAS SEM MARGEM, CAPA DURA NA COR PRETA	483474	5	100
50	LIVRO ATA, MATERIAL:PAPEL CARTÃO, QUANTIDADE FOLHAS:200 UN CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ATA COM FOLHAS NUMERADAS	121347	5	100
51	LIVRO PROTOCOLO, QUANTIDADE FOLHAS: 100 UN, TIPO CAPA:DURA, MATERIAL CAPA: PAPELÃO REFORÇADO, MATERIAL FOLHAS: PAPEL OFSETE	483473	5	100

52	CAIXA ARQUIVO, MATERIAL PLÁSTICO CORRUGADO, COR COLORIDO, IMPRESSÃO PADRÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM TRAVA	622662	5	150
53	CAIXA CORRESPONDÊNCIA, MATERIAL ACRÍLICO, COR FUMÊ, TIPO: TRIIPLEX, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ARTICULAÇÃO METÁLICA	387950	1	30
54	MARCADOR PERMANENTE, MATERIAL CORPO:PLÁSTICO, MATERIAL PONTA: POLIÉSTER, COR TINTA:PRETA COR: VARIADAS	432309	5	200
55	OBRÉIA, MATERIAL PAPEL CELULOSE VEGETAL, FORMATO CIRCULAR, APRESENTAÇÃO AUTO ADESIVA, COR BRANCA, TAMANHO PADRÃO, APLICAÇÃO COBRIR FUIROS CAUSADOS POR PROJÉTEIS NOS ALVOS	483466	5	100
56	OBRÉIA, MATERIAL PAPEL CELULOSE VEGETAL, FORMATO CIRCULAR, APRESENTAÇÃO AUTO ADESIVA, COR PRETA, TAMANHO PADRÃO, APLICAÇÃO COBRIR FUIROS CAUSADOS POR PROJÉTEIS NOS ALVOS.	483467	5	100
57	PAPEL PARA IMPRESSÃO A4 FORMATADO, TIPO:SULFITE/APERGAMINHADO/OFÍCIO:75 G /M2, COR:BRANCO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:PH ALCALINO	200017	5	500
58	PAPEL CARTÃO, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, GRAMATURA 180 G/M2, APLICAÇÃO CONFECÇÃO CARTÕES, CONVITES E FOLDERS	611840	5	40
59	PAPEL AUTO ADESIVO MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE TIPO CONTACT	441683	1	14

60	PAPEL VERGÊ, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, COR DIVERSAS, GRAMATURA 120 G/M2, FORMATO A4	622712	5	50
61	PASTA ARQUIVO, MATERIAL: POLIPROPILENO, TIPO: L CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:TRANSPARENTE, APLICAÇÃO: DOCUMENTOS	625277	5	100
62	PASTA ARQUIVO, MATERIAL:CARTÃO KRAFT, TIPO:SUSPENSE, COR:PARDA, PRENDEDOR INTERNO:TRILHO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:VISOR /HASTE/CABIDE/GANCHO PLÁSTICO NAS EXTREMIDADE, GRAMATURA:230 G/M2	627185	5	300
63	PASTA ARQUIVO, MATERIAL:PLÁSTICO CORRUGADO FLEXÍVEL, TIPO:COM ABAS, LAR, COR: DIVERSAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM ELÁSTICO	625931	5	250
64	PASTA ARQUIVO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO CATÁLOGO, COR PRETA, CARACTERÍSTICAS: 50 ENVELOPES PLÁSTICOS	622664	5	50
65	PASTA ARQUIVO, TIPO AZ, COR PRETA, PRENDEDOR INTERNO FERRAGEM REMOVÍVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS REVESTIDA DENTRO E FORA DE PLÁSTICO DURO/ACABAMEN	625648	5	50
66	PERCEVEJO, MATERIAL METAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL LATONADO, TAMANHO 10 MM	609175	5	50
67	PERFURADOR PAPEL, MATERIAL FERRO FUNDIDO, TIPO MESA, TRATAMENTO SUPERFICIAL PINTURA EPÓXI, CAPACIDADE PERFURAÇÃO 60 FL, FUNCIONAMENTO MANUAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FURO REDONDO, QUANTIDADE FUROS 2 UN	629407	5	10

68	PILHA, TAMANHO:PALITO, MODELO:AAA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:NÃO RECARREGÁVEL, SISTEMA ELETROQUÍMICO: ALCALINA, TENSÃO NOMINAL:1,5 V	432380	5	200
69	PILHA, TAMANHO:PEQUENA, MODELO:AA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:NÃO RECARREGÁVEL, SISTEMA ELETROQUÍMICO: ALCALINA, TENSÃO NOMINAL:1,5 V	435129	5	200
70	PINCEL ATÔMICO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PONTA CHANFRADA, TIPO CARGA DESCARTÁVEL, COR TINTA AZUL	435048	5	100
71	PINCEL ATÔMICO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PONTA CHANFRADA, TIPO CARGA DESCARTÁVEL, COR TINTA PRETO	435050	5	100
72	PINCEL ATÔMICO, MATERIAL:PLÁSTICO RECICLADO, TIPO PONTA:FELTRO, TIPO CARGA:DESCARTÁVEL, COR TINTA: VERMELHA	435051	5	100
73	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL PLÁSTICO RECICLADO, MATERIAL PONTA FELTRO, TIPO CARGA DESCARTÁVEL, COR AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CILÍNDRICO	409978	5	100
74	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL PLÁSTICO, MATERIAL PONTA FELTRO, TIPO CARGA DESCARTÁVEL, COR PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PONTA DE 2,5MM DE DIÂMETRO/TAMPA ANTIFIXANTE	447944	5	100
75	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL PLÁSTICO, MATERIAL PONTA FELTRO, TIPO CARGA DESCARTÁVEL, COR VERMELHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PONTA DE 2,5MM DE DIÂMETRO/TAMPA ANTIFIXANTE	447945	5	100
76	PORTA-LÁPIS/CLIQUE/LEMBRETE, MATERIAL ACRÍLICO, COR FUMÊ, TIPO CONJUGADO	435085	5	50

77	PRANCHETA PORTÁTIL, MATERIAL ACRÍLICO, COR FUMÊ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM PRENDEDOR NIQUELADO	622665	5	100
78	PRENDEDOR PAPEL, MATERIAL METAL, TIPO GRAMPOMOL, CAPACIDADE 50 FL., CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LOMBADA 25 MM, PONTA AÇO INOX, COR PRETA	601920	5	100
79	RÉGUA COMUM, MATERIAL:ALUMÍNIO, COMPRIMENTO:30 CM, GRADUAÇÃO: CENTÍMETRO E POLEGADA, TIPO MATERIAL: RÍGIDO	270870	5	200
80	TESOURA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO PLÁSTICO, COMPRIMENTO 21 CM	477123	5	100
81	BASTÃO SINALIZADOR, TIPO:LUZ QUÍMICA, COMPRIMENTO:15 CM, COR:VARIADA, DURAÇÃO:12 H, APLICAÇÃO:SINALIZAÇÃO DE ATIVIDADES NOTURNAS	480024	5	300
82	ELEMENTO FILTRANTE Carbon Block 9.3/4" Polipropileno e carvão Vazão: 200 l/h	631233	5	80
83	FILTRO PURIFICAÇÃO ÁGUA 9.3/4" CARBON BLOCK, MATERIAL:POLIPROPILENO,, TAMANHO:9 POL, Vazão: 200 l/h	630009	5	80
84	CORDA, MATERIAL:POLIAMIDA, TIPO: TRANÇADA, DIÂMETRO: 12 MM, COR:PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ESTATICA.	231389	1	6
85	HIPOCLORITO DE CÁLCIO PARA LIMPEZA PISCINA , ASPECTO FÍSICO:PÓ BRANCO GRANULADO, ODOR DE CLORO, FÓRMULA QUÍMICA:CA CL2O2 ANIDRO, PESO ALCALINIZAN TE MOLECULAR:142,98 G /MOL, TEOR DE PUREZA:PUREZA MÍNIMA DE 98% , TEOR MÍNIMO DE CLORO 65%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 7778-54-3	356562	5	100

86	SULFATO DE ALUMÍNIO, ASPECTO FÍSICO PÓ, FÓRMULA QUÍMICA $Al_2(SO_4)_3$, PESO MOLECULAR 342,15 G/MOL, GRAU DE PUREZA MÍNIMA DE 99,99%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 10043-01-3	458137	5	1000
87	ALGICIDA, COMPOSIÇÃO POLIQUATERNÁRIO DE AMÔNIA (60%) 2,5%, SULFATO CÚPRICO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, USO TRATAMENTO ÁGUA DE PISCINA, TIPO CHOQUE	608272	5	100
88	BICARBONATO DE SÓDIO, ASPECTO FÍSICO PÓ BRANCO, FINO, PESO MOLECULAR 84,01 G/MOL, FÓRMULA QUÍMICA $NaHCO_3$, GRAU DE PUREZA MÍNIMA DE 99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA* CAS 144-55-8	412637	5	200
89	LIMPA BORDA COMPOSIÇÃO: SURFACTANTES ANIÔNICOS E NÃO ANIÔNICOS 3% E QUARTE, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, APLICAÇÃO: LIMPEZA BORDA DE PISCINAS	245564	5	100
90	CLARIFICANTE COMPOSIÇÃO: SOLUÇÃO DE CLORIDRÓXIDO, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, APLICAÇÃO: LIMPEZA PISCINA	454047	5	50
91	MANGUEIRA COM 6 METROS PARA ASPIRAÇÃO DE PISCINA COM 01 ADAPTADOR PARA MANGUEIRA E 02 PONTEIRAS PARA MANGUEIRA	483831	1	10
92	KIT ESTOJO DE MEDIDOR DE PH/ESTOJO COM DOIS REAGENTES PARA A AVALIAÇÃO DO PH E DO CLORO E UM RECIPIENTE COMPARADOR	607527	1	10
93	HIPOCLORITO DE CÁLCIO, ASPECTO FÍSICO: PÓ BRANCO GRANULADO, ODOR DE CLORO, FÓRMULA QUÍMICA: $Ca(ClO)_2$ ANIDRO, PESO MOLECULAR: 142,98 G/MOL, TEOR DE	356562	5	500

	PUREZA:PUREZA MÍNIMA DE 98% , TEOR MÍNIMO DE CLORO 65%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA:CAS 7778-54-3			
94	NAFTALENO, ASPECTO FÍSICO:ESFERAS BRANCAS, DE ODOR CARACTERÍSTICO	412712	1	20
95	ÓLEO DE PEROBA, COMPOSIÇÃO SOLVENTES MINERAL E VEGETAL COM AROMATIZANTE, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO OLEOGINOSO, AROMA MADEIRA NATURAL, APLICAÇÃO LIMPEZA, LUSTRO E RENOVAÇÃO DE MÓVEIS DE MADEIRA	307513	5	100
96	SABÃO PASTA, COMPOSIÇÃO GLICERINA, TENSOATIVO ANIÔNICO E CARBOIDRATO, APLICAÇÃO LIMPEZA PESADA COM AÇÃO DESENGRAXANTE	287791	5	200
97	ÁGUA SANITÁRIA EMBALAGEM 1 LITRO COMPOSIÇÃO QUÍMICA: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO , TEOR CLORO ATIVO: VARIA DE 2 A 2,50% , DENSIDADE: DE 1,20 A 1 G/L, COR: INCOLOR , TIPO: COMUM E VALIDADE MÍNIMA DE 01 ANO APÓS A ENTREGA.	624677	5	8000
98	ÁGUA SANITÁRIA EMBALGEM 5 LITROS, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE /ANVISA E VALIDADE MÍNIMA DE 01 ANO APÓS A ENTREGA.	624677	5	2000
99	ÁLCOOL ETÍLICO, TIPO:HIDRATADO, TEOR ALCOÓLICO:70%_(70 GL), APRESENTAÇÃO: GEL	475722	5	250
100	ÁLCOOL ETÍLICO FRASCO 1 LITRO ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO :70%_(70 GL).	475722	5	500
101	AMACIANTE DE ROUPA, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO VISCOSO, COMPOSIÇÃO:CLORETO DE DIALQUILDIMETILAMÔNIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMBALAGEM PLÁSTICA TAMPA E ALÇA E BIODEGRADÁVEL	610980	5	100

102	BALDE, MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE 20 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM ALÇA METÁLICA, APLICAÇÃO USO GERAL	633848	5	200
103	BALDE, MATERIAL PLÁSTICO, COM ALÇA DE METAL TAMANHO GRANDE, CAPACIDADE 12 L	628545	5	200
104	BORRIFADOR, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO SPRAY, CONTENDO BICO BORRIFADOR, CAPACIDADE 500 ML, APLICAÇÃO ACONDICIONAR SOLUÇÃO REVELADORA	625052	5	200
105	CERA, TIPO LÍQUIDA, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS AUTOBRILHO, RESISTENTE E ANTIESTÁTICO, APLICAÇÃO TRATAMENTO DE PISOS	605667	5	100
106	CESTO DE LIXO REDONDO OU RETANGULAR COM TAMPA PLÁSTICA, COM CAPACIDADE PARA 50 LITROS. FABRICADA EM POLIETILENO OU POLIPROPILENO INJETADO, SEM ESPAÇOS VAZADOS, NA COR CINZA, BEGE OU BRANCO. TAMPA SIMPLES, SEM PEDAL. APLICAÇÃO: USO INSTITUCIONAL.	607816	5	100
107	CESTO LIXO, MATERIAL:PLÁSTICO, CAPACIDADE:12 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:TELADO	262681	5	200
108	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE 180 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ABNT/NBR 14.865, COR INCOLOR	625310	5	100
109	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE:300 ML, COR: BRANCO	407442	5	200
110	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL: POLIESTIRENO, CAPACIDADE:50 ML, APLICAÇÃO:CAFÉ	629999	5	50

111	DESENTUPIDOR VASO SANITÁRIO, MATERIAL BORRACHA FLEXÍVEL, COR PRETA, CABO MADEIRA, COMPRIMENTO CABO 50 CM	613248	5	100
112	DESINFETANTE EMBALAGEM DE 2 LITROS COMPOSIÇÃO:À BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM AROMA, PRINCÍPIO ATIVO:CLORETO ALQUIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO +TENSIOATIVOS,	630559	5	4000
113	DESINFETANTE FRASCO 500 ML, COMPOSIÇÃO:À BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, PRINCÍPIO ATIVO:CLORETO ALQUIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO +TENSIOATIVOS, TEOR ATIVO:TEOR ATIVO EM TORNIO DE 15%, FORMA FÍSICA:SOLUÇÃO AQUOSA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM AROMA	630559	5	3000
114	DESODORIZADOR SANITÁRIO, COMPOSIÇÃO: PARADICLORO BENZENO MIN 98%., ESSÊNCIA:EUCALIPTO, ASPECTO FÍSICO:EM PEDRA 40G, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SUPORTE PLÁSTICO PARA VASO SANITÁRIO	484680	5	1000
115	DESODORIZADOR FRASCO 360 ML, ESSÊNCIA: LAVANDA/JASMIM, APRESENTAÇÃO: AEROSOL, APLICAÇÃO:AROMATIZADOR AMBIENTAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:NÃO CONTENHA CFC	331905	5	1000
116	DETERGENTE LIMPEZA VEÍCULO GALÃO 5 LITROS, ASPECTO FÍSICO SEMIPASTOSO, COMPOSIÇÃO SHAMPOO AUTOMOTIVO C/ CERA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LAVAGEM DE VEICULOS E SUPERFICIES PINTADAS	446182	5	100
117	DETERGENTE, COMPOSIÇÃO:AGENTE ALCALINO SOLUENTE E DETERGENTE SINTÉTICO., COMPONENTE ATIVO:LINEAR ALQUIBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, APLICAÇÃO:REMOÇÃO GORDURA E SUJEIRA EM GERAL., AROMA:NEUTRO,	626321	5	500

	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CONTÉM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL			
118	DETERGENTE, COMPOSIÇÃO: DODECILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, APLICAÇÃO:LAVAGEM DE LOUÇAS, AROMA: INODORO, ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO INCOLOR	626321	5	3000
119	ESCOVA LIMPEZA GERAL, MATERIAL CORPO: PLÁSTICO, MATERIAL CERDAS:NÁILON, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:FORMATO ARREDONDADO, APLICAÇÃO:VASO SANITÁRIO	150552	5	300
120	ESCOVA ROUPA, MATERIAL CORPO: PLÁSTICO, MATERIAL CERDAS:PET, COR CERDAS:BRANCA E AZUL	446274	5	200
121	ESPONJA LIMPEZA, MATERIAL ESPUMA/NYLON, FORMATO RETANGULAR, ABRASIVIDADE MÍNIMA/ MÉDIA, APLICAÇÃO UTENSÍLIOS E LIMPEZA EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DUPLA FACE	620662	5	700
122	ESPONJA LIMPEZA, MATERIAL LÃ AÇO, FORMATO ANATÔMICO, ABRASIVIDADE MÍNIMA, APLICAÇÃO UTENSÍLIOS DE ALUMÍNIO	418018	5	500
123	ESTOPA, MATERIAL FIO ALGODÃO CRÚ, APLICAÇÃO LIMPEZA PESADA	300146	5	150
124	FLANELA, MATERIAL ALGODÃO, COR LARANJA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ACABAMENTO NAS BORDAS	420506	5	4000
125	GUARDANAPO DE PAPEL, MATERIAL CELULOSE, COR BRANCA, TIPO FOLHAS SIMPLES	392703	5	2000
	HIDRÓXIDO DE SÓDIO, ASPECTO FÍSICO ESCAMAS ESBRANQUIÇADAS, ALTAMENTE HIGROSCÓPICO, PESO MOLECULAR 40 G			

126	/MOL, FÓRMULA QUÍMICA NAOH, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 95%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL SODA CÁUSTICA COMERCIAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 1310-73-2	436608	5	150
127	INSETICIDA AEROSOL FRASCO 360 ML TIPO: USO DOMÉSTICO - MATA BARATA E MOSQUITOS	484679	5	400
128	LIMPADOR BASE ÁCIDA, COMPOSIÇÃO BÁSICA:ÁCIDO SULFÔNICO, FLUORÍDRICO E MURIÁTICO, ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO, COR: INCOLOR, APLICAÇÃO:LIMPEZA DE PISOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BIODEGRADÁVEL	481024	5	200
129	LIMPA-VIDRO, ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO:TENSOATIVOS ANIÔNICOS / SEQUESTRANTES / HIDRÓXIDO	601034	5	400
130	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL LÁTEX, TAMANHO MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM PÓ, TIPO AMBIDESTRA, TIPO USO DESCARTÁVEL	620105	5	50
131	LUVA MULTIUSO MATERIAL:LÁTEX, TAMANHO:GRANDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ANATÔMICA, TIPO:CANO LONGO, APLICAÇÃO LIPEZA PESADA.	477578	5	500
132	MANGUEIRA JARDIM, MATERIAL PVC E POLIÉSTER TRANÇADO, DIÂMETRO 1/2 POL, COMPRIMENTO 50 M, COR CRISTAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TRÊS CAMADAS INTERMEDIARIA DE PVC TRANSPARENTE	455723	5	50
133	MÁSCARA DESCARTÁVEL USO GERAL, MATERIAL:FIBRA DE POLIÉSTER, TIPO FIXAÇÃO:TIRA ELÁSTICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:GRAMPO AJUSTE NASAL EM ALUMÍNIO	483888	5	150

134	ÓCULOS PROTEÇÃO, MATERIAL ARMAÇÃO: POLICARBONATO E NYLON, TIPO PROTEÇÃO: LATERAL, MATERIAL PROTEÇÃO: POLICARBONATO, TIPO LENTE:ANTI-RISCO, ANTI-EMBAÇANTE, COR LENTE:INCOLOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM CORDÃO DE SEGURANÇA, HASTES DE COR PRETA, MATERIAL LENTE:POLICARBONATO	634184	5	100
135	ÓLEO LUBRIFICANTE, USO MOTORES DE ROÇADEIRAS 2 TEMPOS, TIPO MINERAL, CLASSIFICAÇÃO API TC, VISCOSIDADE CST 100°C, DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR À A MARCA STHIL	616955	5	400
136	ÓLEO LUBRIFICANTE, USO MOTORES DE POPA 2 TEMPOS, TIPO MINERAL, CLASSIFICAÇÃO API TC, VISCOSIDADE CST 100°C, DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR À MARCA YAMAHA	633920	5	100
137	PÁ COLETORA LIXO, MATERIAL COLETOR: PLÁSTICO, MATERIAL CABO:METAL REVESTIDO COM PLÁSTICO, COMPRIMENTO CABO:60 CM, MODELO:SEM TAMPA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CABO E COLETOR EM ÂNGULO DE 90°	627610	5	200
138	PANO LIMPEZA, MATERIAL 100% EM FIBRA DE VISCOSE, LÁTEX SINTÉTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MICROPERFURADO/GRAMATURA 41G/ M2 /MULTIUSO, APLICAÇÃO USO GERAL, COR VERDE, TIPO BOBIMA	631404	1	25
139	PANO LIMPEZA, MATERIAL ALGODÃO CRU, COMPRIMENTO 80 CM, LARGURA 50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CHÃO, TIPO SACO	608446	5	10000
140	PAPEL HIGIÊNICO, MATERIAL CELULOSE VIRGEM, 10 CM, TIPO PICOTADO, QUANTIDADE FOLHAS DUPLA, COR BRANCA	626489	5	5000
	REPELENTE, PRINCÍPIO ATIVO À BASE DE DEET, CONCENTRAÇÃO 12 A 25%, FORMA			

141	FARMACÊUTICA SPRAY POTÁSSICO, CONCENTRAÇÃO 62% P/V, APRESENTAÇÃO CONCENTRADO SOLÚVEL	453057	5	100
142	RODO, COMPRIMENTO SUPORTE:40 CM, MATERIAL SUPORTE:MADEIRA, MATERIAL CABO:MADEIRA COM CAPA PLÁSTICA, CARACTERÍSTICAS QUANTIDADE BORRACHAS:2 UNIDADE	626109	5	800
143	RODO, MATERIAL CABO ALUMÍNIO, MATERIAL SUPORTE ALUMÍNIO, QUANTIDADE BORRACHAS 2 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CABO COM ROSCA	630174	5	200
144	SABÃO BARRA, COMPOSIÇÃO BÁSICA SABÃO GLICERINADO, TIPO NEUTRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1ª QUALIDADE	298406	5	200
145	SABÃO PÓ, APLICAÇÃO LAVAR ROUPAS, ADITIVOS ALVEJANTE, ODOR FLORAL, ASPECTO FÍSICO PÓ, COMPOSIÇÃO ÁGUA, ALQUIL BENZENO SULFATO DE SÓDIO, CORANTE, C A, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BIODEGRADÁVEL	600612	5	8000
146	SABÃO PÓ, APLICAÇÃO LAVAR ROUPAS, ADITIVOS ALVEJANTE, ODOR FLORAL, ASPECTO FÍSICO PÓ, COMPOSIÇÃO ÁGUA, ALQUIL BENZENO SULFATO DE SÓDIO, CORANTE, C A, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BIODEGRADÁVEL	600612	5	2000
147	SABONETE LÍQUIDO COM AROMAS VARIADOS,, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO, ACIDEZ PH 6 A 8, APLICAÇÃO ASSEPSIA DAS MÃOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS AGENTE BACTERICIDA, COMPOSIÇÃO TENSOATIVOS ANIÔNICOS E NÃO ANIÔNICOS, SOLVENTE	472873	5	300
148	SABONETE ASPECTO FÍSICO: SÓLIDO , PESO: APROXIMADAMENTE 85 G, AROMA: SUAVE	98639	5	500

149	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 30 L, COR PRETA, APRESENTAÇÃO PEÇA ÚNICA.	626245	5	300
150	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE:100 L, COR:PRETA, APRESENTAÇÃO:PEÇA ÚNICA, APLICAÇÃO:COLETA DE LIXO	481090	5	600
151	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE:200 L, COR:PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REFORÇADO, APLICAÇÃO:COLETA DE LIXO	615648	5	500
152	SACO, MATERIAL RÁFIA TRANÇADO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 50 KG, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS	627041	5	200
153	SAPONÁCEO COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS ANIÔNICOS, ALCALINIZANTES, ESPESSANTE , APLICAÇÃO: LIMPEZA , ASPECTO FÍSICO: CREMOSO	397370	5	400
154	SOLUÇÃO LIMPEZA MULTIUSO, COMPOSIÇÃO BÁSICA ÁGUA SANITÁRIA, ALVEJANTE E DESINFETANTE, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, APLICAÇÃO LIMPEZA GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TAMPA DOSADORA DE FLUXO	405276	5	500
155	TELA ODORIZANTE, MATERIAL:PLÁSTICO EMBORRACHADO, TIPO USO:MICTÓRIO, COR: VARIADA, ODOR:VARIADO	326030	5	600
156	TOALHA DE PAPEL, MATERIAL PAPEL, TIPO FOLHA DUPLA PICOTADA, COR BRANCA	635639	5	600
157	VASSOURA, MATERIAL CERDAS NÁILON, MATERIAL CABO MADEIRA, MATERIAL CEPA PLÁSTICO, COMPRIMENTO CERDAS 11 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CABO ROSQUEADO, TIPO DOMÉSTICA, TIPO CABO COMPRIDO, LARGURA CEPA 21 CM, APLICAÇÃO LIMPEZA EM GERAL	627609	5	600
	VASSOURA, MATERIAL CERDAS:PÊLO SINTÉTICO, MATERIAL CEPA:MADEIRA,			

158	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO ROSQUEÁVEL	446269	5	600
159	VASSOURA, MATERIAL CERDAS: PIAÇA VA, MATERIAL CABO: MADEIRA, MATERIAL CEPA: MADEIRA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CABO ROSQUEADO, TIPO: GARI	626231	5	600
160	MOP PÓ MATERIAL: FIBRAS DE ACRÍLICO. COMPRIMENTO: APROXIMADAMENTE 60 CM. APLICAÇÃO: LIMPEZA ACABAMENTO: FECHAMENTO POR LAÇOS COSTURADOS CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO INCLUSO; LAVÁVEL E ADAPTÁVEL A MODELOS COMPATÍVEIS COM CABELEIRA UNIVERSAL. DEVE INCLUIR ARMAÇÃO, REFIL DE FIOS SINTÉTICOS E CABO DE METAL.	415215	1	30
161	PEÇA / ACESSÓRIO / COMPONENTE PARA MOP ÁGUA / PÓ CABELEIRA DE MOP PÓ, PRODUZIDO COM FIOS SINTÉTICOS QUE DURANTE A LIMPEZA GERAM ESTÁTICA RECOLHENDO TODO O PÓ E SUJEIRA. SEU DESENHO RETANGULAR E PLANO AUXILIA NA LIMPEZA, SENDO POSSÍVEL ALCANÇAR OS CANTOS E EMBAIXO DE MÓVEIS. TAMANHO 60 CM. MODELO COMPATÍVEL COM ENCAIXE UNIVERSAL	337490	5	70
162	REFIL. MATERIAL: FIBRA SINTÉTICA (FIO ALGODÃO 85% NO MÍNIMO) APLICAÇÃO: LIMPEZA E ABSORÇÃO DE SUJEIRA TIPO: REFIL PARA MOP CABELEIRA DE MOP ÚMIDO PONTA DOBRADA. TIPO PONTA: DOBRADA APLICAÇÃO: SALA LIMPA E AMBIENTES ESTÉREIS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL E COMPATÍVEL C/ ESTERILIZAÇÃO GAMA. CABELEIRA DE MOP (REFIL PARA EFETUAR LIMPEZA DE PISOS FRIO, PORCELANATO E MADEIRAS) PARA ÚMIDO COM 85% DE ALGODÃO E 15% DE POLIÉSTER EM SUA COMPOSIÇÃO. MODELO COMPATÍVEL COM	626487	5	70

	ENCAIXE UNIVERSAL. GRAMATURA: 320 G			
163	BALDE COM ESPREMEDOR MATERIAL BALDE: PLÁSTICO MATERIAL ESPREMEDOR: PLÁSTICO MATERIAL BASE: PLÁSTICO CAPACIDADE BALDE: APROXIMADAMENTE 30 L TIPO ESPREMEDOR: PRESSÃO VERTICAL INFORMAÇÃO ADICIONAL: INCLUI MOP ÚMIDO DE 320 G. BALDE COM SISTEMA DE 2 ÁGUAS COM DIVISÓRIA, ESPREMEDOR COM PRESSÃO SUPERIOR, UM DRENO DE ESCOAMENTO DE ÁGUA SUJA E RODÍZIOS PARA FACILITAR SEU DESLOCAMENTO.	450518	1	15
164	MOP ÚMIDO MATERIAL: MICROFIBRA TIPO PONTA: DOBRADA APLICAÇÃO: LIMPEZA ESTILO UNIVERSAL COMPATÍVEL COM REFIL UNIVERSAL. GRAMATURA: 320	449799	5	40

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 823.678,70

O valor da Contratação tem por base a mediana de valores encontrados a partir das pesquisas de preços, através do [compras.gov.br](https://www.compras.gov.br) (<https://www.comprasnet.gov.br/>) e painel de preços (<https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/>) totalizando **R\$ 823.678,70 (Oitocentos e vinte e três mil, seiscentos e setenta e oito reais e setenta centavos)**

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos do art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021, as contratações deverão observar o parcelamento do objeto sempre que este se mostrar técnica e economicamente viável, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

No presente caso, a solução refere-se à aquisição de materiais de limpeza e materiais de expediente, bens comuns, de natureza distinta, com cadeias de fornecimento e mercados específicos.

Considerando que:

- I – Os materiais de limpeza e os materiais de expediente pertencem a segmentos comerciais diferentes;
- II – Há ampla oferta de fornecedores especializados em cada categoria;
- III – O parcelamento por grupos/lotos (ex.: Lote I – Material de Limpeza; Lote II – Material de Expediente) amplia a competitividade e favorece a participação de micro e pequenas empresas;
- IV – O fracionamento não compromete a economia de escala nem a padronização dos itens;
- V – Não há prejuízo técnico ou operacional decorrente da contratação por lotes distintos;

Conclui-se que o parcelamento da solução é técnica e economicamente viável e recomendável, por promover maior competitividade, reduzir riscos de restrição indevida à concorrência e possibilitar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Ressalta-se que o parcelamento não implica fracionamento indevido de despesa, mas sim divisão do objeto em grupos homogêneos, preservando a unidade funcional e a eficiência da contratação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A presente contratação refere-se ao fornecimento de materiais de limpeza e materiais de expediente, essenciais à manutenção da vida vegetativa do Comando de Fronteira Acre.

Durante o levantamento de mercado e análise das necessidades da Organização Militar, verificou-se que não existem contratos diretamente interdependentes com a presente aquisição, uma vez que os materiais demandados são bens de consumo contínuo e de fornecimento independente, cujo atendimento não depende de contratação de serviços ou obras correlatas para sua utilização.

No entanto, podem existir contratações correlatas em caráter complementar, tais como:

- I – Serviços de conservação, limpeza e higienização de instalações, que utilizam os materiais adquiridos;
- II – Aquisições de equipamentos de apoio à limpeza, como baldes, rodos, vassouras, luvas e produtos de reposição específicos;
- III – Manutenção de sistemas administrativos e de arquivo, que demandam materiais de expediente como papel, pastas, toners e cartuchos, para assegurar a funcionalidade contínua dos setores.

Tais contratações são correlatas porque compartilham o mesmo objetivo de manutenção da operacionalidade e eficiência da Organização Militar, mas não possuem dependência direta de execução para que o objeto principal desta contratação seja atendido, permitindo que cada contratação seja realizada de forma autônoma, sem prejuízo à Administração.

Portanto, a presente aquisição não apresenta interdependência crítica com outros contratos, sendo possível seu planejamento e execução de forma independente, garantindo eficiência, economicidade e continuidade do abastecimento de materiais essenciais à vida vegetativa da unidade.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação de materiais de limpeza e materiais de expediente, destinados à manutenção da vida vegetativa do Comando de Fronteira Acre, encontra pleno alinhamento com o planejamento estratégico e operacional da Organização Militar, garantindo suporte contínuo às atividades administrativas e à conservação das instalações.

O alinhamento entre a contratação e o planejamento se dá pelos seguintes aspectos:

- I – Planejamento anual de suprimentos: A aquisição dos materiais está baseada no histórico de consumo, no dimensionamento do efetivo e nas necessidades previstas para o exercício, assegurando quantidade adequada sem excesso de estoque;
- II – Previsão orçamentária: A contratação foi contemplada no Plano de Execução Anual e nos créditos disponíveis, garantindo compatibilidade com a programação financeira e orçamentária da Administração;
- III – Continuidade operacional: A contratação atende às demandas permanentes de higiene, limpeza e abastecimento de materiais de expediente, essenciais para a execução das atividades administrativas e operacionais do Comando;
- IV – Adequação à gestão logística: A adoção do Sistema de Registro de Preços permite aquisição parcelada conforme a necessidade, evitando desabastecimento ou acúmulo desnecessário de produtos;

V – Planejamento de riscos: O levantamento de mercado e a análise de fornecedores garantem que os itens essenciais estarão disponíveis dentro dos prazos compatíveis com as necessidades da unidade, minimizando impactos no funcionamento cotidiano.

Dessa forma, a contratação proposta está plenamente integrada ao planejamento da Administração, assegurando eficiência, economicidade, continuidade do abastecimento e atendimento das necessidades administrativas e operacionais do Comando de Fronteira Acre.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação dos materiais de limpeza e materiais de expediente para o Comando de Fronteira Acre proporcionará uma série de benefícios à Organização Militar, assegurando continuidade operacional, eficiência administrativa e adequada manutenção das condições de trabalho.

Os principais benefícios identificados são:

Garantia da continuidade das atividades administrativas e operacionais

O fornecimento regular de materiais de expediente e limpeza assegura que os setores administrativos e de apoio logístico funcionem sem interrupções, mantendo a rotina e a produtividade da unidade.

- Manutenção de condições de higiene e salubridade
- A aquisição de produtos de limpeza e higiene contribui para ambientes de trabalho limpos e seguros, prevenindo riscos sanitários e promovendo bem-estar do efetivo.
- Eficiência na gestão de recursos
- O uso do Sistema de Registro de Preços e do parcelamento da entrega permite melhor planejamento e controle orçamentário, evitando desperdícios e excesso de estoque.
- Aumento da competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa
- A contratação por licitação ampla possibilita a participação de diversos fornecedores, garantindo preços justos e qualidade adequada dos materiais adquiridos.
- Redução de riscos logísticos e administrativos
- A previsão de consumo e a padronização dos itens asseguram que não haja desabastecimento ou substituição inadequada de produtos, mantendo a operação da unidade dentro dos padrões estabelecidos.

Suporte à gestão estratégica da unidade

- Ao assegurar disponibilidade de insumos essenciais à vida vegetativa do Comando, a contratação contribui para o cumprimento das metas administrativas e operacionais definidas no planejamento anual.

Dessa forma, a presente contratação não apenas atende às necessidades imediatas da Organização Militar, mas também promove eficiência, economicidade, segurança e qualidade no ambiente de trabalho, reforçando o cumprimento das funções administrativas e logísticas do Comando de Fronteira Acre.

13. Providências a serem Adotadas

Para a execução da contratação de materiais de limpeza, materiais de expediente e demais itens destinados à manutenção da vida vegetativa do Comando de Fronteira Acre, devem ser adotadas as seguintes providências administrativas e operacionais:

Elaboração e aprovação do Termo de Referência

- Definição detalhada das especificações técnicas dos materiais;
- Estimativa de quantidades e frequência de entrega;
- Padronização dos itens conforme normas e regulamentos aplicáveis;
- Indicação de critérios de recebimento e controle de qualidade.
- Levantamento de mercado e atualização de preços
- Pesquisa de fornecedores e cotações para assegurar competitividade;
- Avaliação de disponibilidade regional e nacional dos produtos;
- Registro das referências de preços e prazos de entrega para subsidiar o processo licitatório.

Definição da modalidade de licitação e estratégia de aquisição

- Adoção do Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços (SRP), em razão da natureza comum dos bens e da demanda contínua;

Acompanhamento orçamentário e financeiro

- Verificação da existência de créditos disponíveis;
- Planejamento das entregas e pagamentos conforme o fluxo orçamentário;
- Controle da despesa evitando fracionamento indevido.

Gestão e fiscalização do fornecimento

- Estabelecimento de responsáveis pelo recebimento, conferência quantitativa e qualitativa;
- Controle da validade e armazenamento adequado dos produtos;
- Registro das entregas e emissão de relatórios periódicos de consumo.

Mitigação de riscos

- Monitoramento contínuo da disponibilidade de fornecedores;
- Substituição de itens em caso de indisponibilidade;
- Ajustes nas quantidades adquiridas conforme o consumo real.

Integração com processos correlatos

- Articulação com serviços de limpeza, manutenção e apoio administrativo;
- Planejamento conjunto com setores requisitantes para garantir atendimento contínuo e eficiente.

Com a adoção destas providências, a contratação será executada de forma ordenada, eficiente e econômica, garantindo a continuidade das atividades administrativas e operacionais, bem como a adequada manutenção das condições de higiene, salubridade e funcionalidade das instalações do Comando de Fronteira Acre.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação de materiais de limpeza, materiais de expediente e demais itens destinados à manutenção da vida vegetativa do Comando de Fronteira Acre envolve o uso de produtos que, se não manejados adequadamente, podem gerar impactos ambientais.

Os principais impactos identificados incluem:

Geração de resíduos sólidos

- Embalagens plásticas, papéis, toners, cartuchos e sacos de lixo podem contribuir para o aumento de resíduos sólidos caso não haja gestão adequada;
- Possível acumulação de resíduos perigosos (desinfetantes e produtos químicos) em áreas não autorizadas.

Poluição hídrica e do solo

- Derramamento ou descarte inadequado de produtos de limpeza, detergentes, desinfetantes e solventes pode contaminar águas superficiais, lençóis freáticos e solo;
- Produtos químicos mal armazenados podem provocar infiltrações ou contaminação local.

Emissões atmosféricas indiretas

- Produtos de limpeza com solventes ou aerossóis podem liberar compostos orgânicos voláteis (COVs) durante o uso, afetando a qualidade do ar interno;
- Transporte inadequado ou excesso de transporte pode gerar emissões desnecessárias de gases poluentes.

Consumo de recursos naturais

- Uso de papel e papelão implica corte de árvores e consumo de água e energia no processo produtivo;
- Embalagens plásticas e produtos descartáveis aumentam a demanda por recursos não renováveis.

Para reduzir os impactos ambientais, serão adotadas as seguintes medidas:

- Armazenamento correto de produtos químicos em local ventilado, seguro e identificado;
- Separação, coleta seletiva e destinação adequada de resíduos sólidos, incluindo embalagens de produtos de limpeza e materiais de expediente;
- Preferência por produtos certificados ambientalmente, biodegradáveis e recicláveis;
- Treinamento do pessoal responsável quanto ao uso seguro e consciente dos materiais;
- Planejamento logístico que minimize transporte desnecessário e reduza emissões de gases poluentes.

A adoção dessas medidas garante que a contratação dos materiais seja ambientalmente responsável, atendendo às normas de proteção ambiental e às boas práticas de sustentabilidade, sem comprometer a eficiência, segurança ou continuidade das atividades do Comando de Fronteira Acre

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação de materiais de limpeza, materiais de expediente e demais itens destinados à manutenção da vida vegetativa do Comando de Fronteira Acre se mostra necessária, adequada e economicamente viável, considerando os seguintes aspectos:

1. Necessidade da Administração

- Os materiais de limpeza são essenciais para garantir condições de higiene, salubridade e conservação das instalações, prevenindo riscos sanitários e mantendo ambientes seguros para o efetivo.
- Os materiais de expediente são indispensáveis para o desempenho das atividades administrativas, gestão documental, controle de processos e execução das rotinas internas da unidade.
- Outros itens de vida vegetativa, como insumos para pequenas manutenções e conservação, asseguram o funcionamento contínuo das atividades básicas da Organização Militar.

2. Disponibilidade no Mercado

- O levantamento de mercado demonstrou ampla oferta nacional e regional de fornecedores aptos a fornecer os itens demandados, com preços compatíveis, padronização comercial e prazos de entrega adequados.
- Os produtos são bens comuns, com especificações técnicas objetivamente definidas pelo mercado, o que permite ampla competitividade e adoção de procedimento licitatório eficiente.

3. Viabilidade Técnica

- Todos os itens possuem normas técnicas e regulamentações claras, não havendo necessidade de soluções inovadoras ou complexas.
- O fornecimento parcelado, mediante Sistema de Registro de Preços (SRP), possibilita que a entrega acompanhe o consumo real, evitando desperdício ou falta de insumos.

4. Viabilidade Econômica

- A ampla concorrência entre fornecedores assegura a obtenção da proposta mais vantajosa, garantindo economicidade na aquisição.
- O parcelamento e o planejamento anual das compras permitem controle de estoque, redução de custos logísticos e previsibilidade orçamentária, alinhando a contratação ao planejamento financeiro da Administração.

5. Legalidade e Conformidade

- A contratação será realizada por Pregão Eletrônico, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, garantindo transparência, isonomia, eficiência e segurança jurídica.
- A utilização do SRP, quando aplicável, reforça a continuidade do abastecimento e o atendimento das necessidades do Comando, sem fracionamento indevido ou desperdício de recursos.

6. Conclusão

Diante do exposto, a contratação é necessária, adequada e economicamente viável, atendendo plenamente às necessidades administrativas e operacionais do Comando de Fronteira Acre. Trata-se de solução eficiente, segura e compatível com o planejamento logístico, orçamentário e ambiental da Administração, garantindo continuidade das atividades e manutenção da vida vegetativa da unidade.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUIZ HENRIQUE SILVA DE SOUZA

Chefe Equipe Planejamento e Contratação

NATHAN SILVA E SILVA

Equipe de apoio

JORDANO FERREIRA BEZERRA

Equipe de apoio

4. BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/MES/AC

Matriz de Gerenciamento de Riscos 8/2026

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
8/2026	ANGRA CAVALCANTE DA SILVA	09/03/2026 17:41
Status da Matriz de Alocação de Riscos		
Concluído (Planejamento)		
Objeto da Matriz de Riscos		
Aquisição de material de consumo expediente e limpeza		

2. Histórico de Revisões

Data e Hora	Versão	Descrição	Autor
11/03/2026 16:59	4.0	Conferência da qualidade dos materiais fornecidos.	ANGRA CAVALCANTE DA SILVA
11/03/2026 16:40	3.0	Análise de impugnações ou questionamentos ao edital.	ANGRA CAVALCANTE DA SILVA
11/03/2026 16:39	2.0	Verificação da adequação das especificações técnicas.	ANGRA CAVALCANTE DA SILVA
11/03/2026 16:39	1.0	Monitoramento contínuo dos riscos identificados durante o planejamento e a execução da contratação, garantindo que as medidas de controle sejam efetivamente aplicadas.	ANGRA CAVALCANTE DA SILVA

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Fornecedor vencedor não cumprir os prazos estabelecidos.	Falta de material para atividades administrativas. Prejuízo à rotina operacional da unidade.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	
1	Impactos Interrupção ou dificuldade nas atividades administrativas					
	Ações Preventivas estabelecer no Termo de Referência e no edital prazos de entrega bem definidos, realistas e compatíveis com a capacidade do mercado fornecedor.					
P-01				Responsável: LUIZ HENRIQUE SILVA DE SOUZA		
	Ações de Contingência					
C-01		Realizar notificação imediata ao fornecedor em caso de atraso, solicitando a regularização do fornecimento dentro de prazo determinado. Suspensão ou impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal do Brasil, conforme a legislação aplicável.		Responsável: LUIZ HENRIQUE SILVA DE SOUZA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Risco de baixa competitividade no pregão	Preços menos vantajosos. Possível fracasso da licitação.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	
1	Impactos Possibilidade de fracasso ou deserto do pregão					
	Ações Preventivas					
P-01		Realizar divulgação do processo licitatório em diferentes meios oficiais, como o Compras.gov.br, garantindo que um maior número de fornecedores tenha conhecimento da licitação.		Responsável: LUIZ HENRIQUE SILVA DE SOUZA		
	Ações de Contingência					
C-01		Realização de novo processo licitatório Caso o pregão seja considerado deserto ou fracassado, realizar nova licitação, revisando o edital, as especificações técnicas e os valores estimados para aumentar a competitividade.		Responsável: LUIZ HENRIQUE SILVA DE SOUZA		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

LUIZ HENRIQUE SILVA DE SOUZA

Chefe equipe planejamento e contratação

4. BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/MES/AC

Termo de Referência 10/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2026	160002-4. BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/MES /AC	ANGRA CAVALCANTE DA SILVA	31/03/2026 17:59 (v 0.17)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	10/2026	65323.002518/2026-28

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 65323.002518/2026-28)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para eventual aquisição, *material de consumo limpeza e expediente*, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ALFINETE MAPA, MATERIAL: AÇO, MATERIAL CABEÇA: PLÁSTICO, FORMATO CABEÇA: REDONDO, COR:VARIADA	607788	CAIXA 50,00 UNIDADE	80	R\$ 4,00	R\$ 320,00
2	ALVO DE TIRO, MATERIAL: PAPEL CARTÃO, TIPO: QUADRADO, TAMANHO APROXIMADO:90 X 60 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SILHUETA PRETA	468994	UNIDADE	1000	R\$ 2,90	R\$ 2.900,00
3	ALVO DE TIRO, MATERIAL: PAPEL CARTÃO, TIPO: QUADRADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:	468996	UNIDADE	500	R\$ 2,90	R\$ 1.450,00

	ALVO PARA PISTOLA, DE COMPETIÇÃO, TAMANHO APROXIMADO: 25 E 50 M.					
4	ALVO DE TIRO MATERIAL: PAPEL CARTÃO , TIPO: QUADRADO , TAMANHO APROXIMADO: 104 X 103 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALVO PARA FUZIL, DE COMPETIÇÃO, 300 M.	468995	UNIDADE	1000	R\$ 4,18	R\$ 4.180,00
5	APAGADOR QUADRO BRANCO, FELTRO, ACRÍLICO, ESTOJO COM COMPARTIMENTO PARA 2 PINCÉIS	427366	UNIDADE	20	R\$ 5,05	R\$ 101,00
6	APONTADOR LÁPIS, MATERIAL: METAL E PLÁSTICO, TIPO: ESCOLAR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM DEPÓSITO	464636	UNIDADE	100	R\$ 4,98	R\$ 498,00
7	BARBANTE ALGODÃO, QUANTIDADE FIOS:8 UN, ACABAMENTO SUPERFICIAL: CRÚ	435053	ROLO 400G	20	R\$ 10,10	R\$ 202,00
8	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL TIPO: COPPER AND BLACK ,	614546	UNIDADE	50	R\$ 26,00	R\$ 1.300,00
9	CADEADO, MATERIAL LATÃO MACIÇO, MATERIAL HASTE AÇO, ALTURA 50 MM, LARGURA 25 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CORPO, PINOS E CONTRAPINOS EM LATÃO	476081	UNIDADE	50	R\$ 25,94	R\$ 1.297,00
10	CADEADO MATERIAL: LATÃO MACIÇO , MATERIAL HASTE: AÇO INOXIDÁVEL, ALTURA: 50 MM, LARGURA: 25 M	285758	UNIDADE	100	R\$ 26,83	R\$ 2.683,00
11	CAIXA ARQUIVO MATERIAL: PLÁSTICO CORRUGADO , DIMENSÃO APROXIMADO (C X L X A): 35,0 X 13,0 X 25,0 CM,	629451	UNIDADE	200	R\$ 5,48	R\$ 1.096,00

	COR: BRANCO , IMPRESSÃO: PADRÃO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TRAVA					
12	CAIXA CORRESPONDÊNCIA MATERIAL: ACRÍLICO , COR: FUMÊ , TIPO: TRIPLA , COMPRIMENTO APROXIMADO: 370 MM, LARGURA: 260 MM, ALTURA: 50 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ARTICULAÇÃO EM ACRÍLICO	336564	UNIDADE	30	R\$ 41,36	R\$ 1.240,80
13	CAIXA CORRESPONDÊNCIA, MATERIAL:POLIETILENO, COR: INCOLOR, TIPO:TRIPLA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM INCLINAÇÃO ENTRE AS BANDEJAS	336564	UNIDADE	50	R\$ 45,00	R\$ 2.250,00
14	CANETA ESFEROGRÁFICA MATERIAL: PLÁSTICO , QUANTIDADE CARGAS: 1 UN, MATERIAL PONTA: AÇO INOXIDÁVEL COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO , TIPO ESCRITA: MÉDIA , COR TINTA: AZUL	628592	CAIXA 50,00 UNIDADE	20	R\$ 37,95	R\$ 759,00
15	CANETA ESFEROGRÁFICA MATERIAL: PLÁSTICO , QUANTIDADE CARGAS: 1 UN, MATERIAL PONTA: PLÁSTICO COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO , TIPO ESCRITA: MÉDIA , COR TINTA: PRETA , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ORIFÍCIO LATERAL	432816	CAIXA 50,00 UNIDADE	20	R\$ 34,81	R\$ 696,20
16	CANETA ESFEROGRÁFICA, MATERIAL:PLÁSTICO, QUANTIDADE CARGAS:1 UN, MATERIAL PONTA:LATÃO COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TIPO ESCRITA:MÉDIA, COR TINTA: VERMELHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MATERIAL TRANSPARENTE E COM ORIFÍCIO LATERAL	628593	CAIXA 50,00 UNIDADE	10	R\$ 37,26	R\$ 372,60

17	CAPA ENCADERNAÇÃO, MATERIAL PVC- CLORETO DE POLIVINILA, TIPO A4, COR INCOLOR	486246	PACOTE 100 UN	10	R\$ 41,00	R\$ 410,00
18	TOALHA DE PAPEL, MATERIAL 100% CELULOSE VIRGEM, TIPO FOLHA 2 DOBRAS, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS INTERFOLHADA	481231	PACOTE 100,00 UNIDADE	600	R\$ 4,55	R\$ 2.730,00
19	CLIQUE, TRATAMENTO SUPERFICIAL:NIQUELADO, APLICAÇÃO:MATERIAL DE EXPEDIENTE, TAMANHO:1/0, MATERIAL:AÇO INOX, FORMATO:PARALELO	401194	CAIXA 100,00 UNIDADE	100	R\$ 2,36	R\$ 236,00
20	CLIQUE, TRATAMENTO SUPERFICIAL:NIQUELADO, APLICAÇÃO:MATERIAL DE EXPEDIENTE, TAMANHO:3/0, MATERIAL:AÇO INOX, FORMATO:PARALELO	367974	CAIXA 100,00 UNIDADE	100	R\$ 3,00	R\$ 300,00
21	CLIQUE, TRATAMENTO SUPERFICIAL:NIQUELADO, APLICAÇÃO:MATERIAL DE EXPEDIENTE, TAMANHO:4/0, MATERIAL:AÇO INOX, FORMATO:PARALELO	292031	CAIXA 100,00 UNIDADE	100	R\$ 2,92	R\$ 292,00
22	CLIQUE, TRATAMENTO SUPERFICIAL:NIQUELADO, APLICAÇÃO:MATERIAL DE EXPEDIENTE, TAMANHO:6/0, MATERIAL:AÇO INOX, FORMATO:PARALELO	483432	CAIXA 100,00 UNIDADE	100	R\$ 3,00	R\$ 300,00
23	CLIQUE, TRATAMENTO SUPERFICIAL:NIQUELADO, APLICAÇÃO:MATERIAL DE EXPEDIENTE, TAMANHO:8/0, MATERIAL:AÇO INOX, FORMATO:PARALELO	458597	CAIXA 100,00UN	100	R\$ 3,09	R\$ 309,00
	COLA, COMPOSIÇÃO ESTER DE CIANOACRILATO, COR INCOLOR, APLICAÇÃO VIDRO,					

24	BORRACHA,PLÁSTICO,PVC, METAL,ACRÍLICO,NÁILON, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS INSTANTÂNEA, TIPO LÍQUIDO, DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR À MARCA TEK BOND	620803	BISNAGA 20 G	70	R\$ 14,35	R\$ 1.004,50
25	COLA, COMPOSIÇÃO POLIVINIL ACETATO- PVA, COR BRANCA, APLICAÇÃO ESCOLAR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LAVÁVEL, NÃO TÓXICA, TIPO LÍQUIDO	628594	FRASCO 90,00 G	500	R\$ 2,24	R\$ 1.120,00
26	CORANTE EM PO COM PIGMENTOS, CORES DIVERSAS, APLICAÇÃO MULTIUSO, APRESENTAÇÃO EM CAIXAS COM 500 GRAMAS, PADRAO SUPERIOR OU SIMILAR À MARCA XADREZ	457208	UNIDADE	200	R\$ 17,08	R\$ 3.416,00
27	CONTRA-CAPA DE ENCADERNAÇÃO, MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, TIPO:A4, COR:PRETA	486246	PACOTE 100UN	20	R\$ 41,00	R\$ 820,00
28	ENVELOPE, MATERIAL:KRAFT, MODELO:SACO, COR:PARDA, GRAMATURA:80 G/M2	626115	UNIDADE	1000	R\$ 0,52	R\$ 520,00
29	ENVELOPE, MATERIAL:KRAFT, MODELO:SACO PADRÃO, COR: BRANCO, GRAMATURA:80 G/M2	625968	UNIDADE	1000	R\$ 0,60	R\$ 600,00
30	ESTILETE, TIPO LARGO, ESPESSURA 18 MM, APLICAÇÃO ESCRITÓRIO	445224	UNIDADE	300	R\$ 1,82	R\$ 546,00
31	ESPIRAL ENCADERNAÇÃO MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA , DIÂMETRO APROXIMADO: 29 MM, COMPRIMENTO APROXIMADO: 33 CM, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	625377	PACOTE 100 UN	30	R\$ 29,85	R\$ 895,50

32	ESPIRAL ENCADERNAÇÃO, MATERIAL:PVC - CLORETO DE POLIVINILA, DIÂMETRO:12 MM.	445490	PACOTE 100 UNIDADE	20	R\$ 24,00	R\$ 480,00
33	ETIQUETA ADESIVA, MATERIAL:PAPEL ALCALINO, COR:BRANCA, APLICAÇÃO: IMPRESSORA LASER E JATO TINTA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:AUTO-ADESIVA, FOLHA COM 20 ETIQUETAS	626818	CAIXA 100,00 FL	20	R\$ 45,00	R\$ 900,00
34	EXTRATOR GRAMPO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:ESPÁTULA	429829	UNIDADE	200	R\$ 1,43	R\$ 286,00
35	FITA ADESIVA, MATERIAL SILICONE, TIPO DUPLA FACE, LARGURA 19 MM, COMPRIMENTO 20 M, ESPESSURA 1 MM, COR VERDE, APLICAÇÃO MULTIUSO	355222	ROLO 20 METROS	50	R\$ 53,00	R\$ 2.650,00
36	FITA ADESIVA, MATERIAL POLIPROPILENO TRANSPARENTE, TIPO DUPLA FACE, LARGURA 12 MM, COMPRIMENTO 30 M, COR INCOLOR, APLICAÇÃO MULTIUSO	450593	ROLO 30 METROS	200	R\$ 7,70	R\$ 1.540,00
37	FITA ADESIVA, MATERIAL POLIPROPILENO, TIPO TRANSPARENTE, LARGURA 50 MM, COMPRIMENTO 50 M, APLICAÇÃO EMPACOTAMENTO	445375	ROLO C/ 50 METROS	400	R\$ 3,99	R\$ 1.596,00
38	FITA ADESIVA, MATERIAL: PAPEL KRAFT, TIPO:GOMADA, LARGURA:50 MM, COMPRIMENTO:50 M, COR: MARROM, APLICAÇÃO: EMPACOTAMENTO	367443	ROLO C/ 50 METROS	70	R\$ 15,55	R\$ 1.088,50
39	FITA ADESIVA, MATERIAL: CREPE, TIPO:MONOFACE, LARGURA:50 MM,	438783	ROLO C/ 50 METROS	150	R\$ 4,32	R\$ 648,00

	COMPRIMENTO:50 M, COR: BRANCA, APLICAÇÃO: MULTIUSO					
40	FITA SINALIZAÇÃO TIPO: ZEBRADA, MATERIAL PLÁSTICO, COMPRIMENTO: 50 M, LARGURA 70 MM, COR PRETA E AMARELA, APLICAÇÃO SINALIZAÇÃO DE ADVERTÊNCIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FORMATO CORES EM DIAGONAL.	444949	ROLO C/ 50 METROS	150	R\$ 9,07	R\$ 1.360,50
41	GRAMPEADOR, MATERIAL METAL, TIPO MESA, CAPACIDADE 25 A 100 FOLHA, TAMANHO GRAMPO 26/6, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PINTURA EPÓXI	433777	UNIDADE	40	R\$ 35,00	R\$ 1.400,00
42	GRAMPEADOR, MATERIAL ALUMÍNIO, TIPO TAPECEIRO, TAMANHO GRAMPO 9/16 , 1/2 , 3/8 . 5/16 , 1/4 .	470315	UNIDADE	20	R\$ 54,00	R\$ 1.080,00
43	GRAMPO GRAMPEADOR, MATERIAL METAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL GALVANIZADO/ COBREADO, TAMANHO 26/6, USO GRAMPEADOR DE MESA	425226	CAIXA 5000 UNIDADE	200	R\$ 3,80	R\$ 760,00
44	GRAMPO PASTA, MATERIAL PLÁSTICO POLIPROPILENO, APRESENTAÇÃO TRILHO, COMPRIMENTO 80 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CAPACIDADE 200 FOLHAS, COR BRANCA	449701	PACOTE 50 UNIDADE	120	R\$ 7,90	R\$ 948,00
45	GRAMPO, MATERIAL AÇO, APLICAÇÃO MADEIRAS, COMPENSADOS E TAPEÇARIAS, TAMANHO 106/6 POL	632034	CAIXA 3500 UNIDADE	40	R\$ 18,91	R\$ 756,40
	LACRE SEGURANÇA, MATERIAL PLÁSTICO, COMPRIMENTO 23 CM,					

46	APLICAÇÃO FECHAMENTO DE MALOTES, TIPO ESPINHA DE PEIXE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS NUMERADO	625635	PACOTE C/100 UNIDADE	60	R\$ 15,82	R\$ 949,20
47	LÁPIS PRETO, MATERIAL CORPO MADEIRA DE MANEJO SUSTENTÁVEL, DUREZA CARGA B, FORMATO CORPO SEXTAVADO, MATERIAL CARGA GRAFITE PRETO Nº2	428204	CAIXA C/ 144 UNIDADE	10	R\$ 57,14	R\$ 571,40
48	PLÁSTICO, MATERIAL: LISOLENE, COR:BRANCA, TIPO USO:DECORAÇÃO, COMPRIMENTO:100 M	621054	ROLO C/ 50 METROS	5	R\$ 240,00	R\$ 1.200,00
49	LIVRO ATA, MATERIAL PAPEL OFSETE, QUANTIDADE FOLHAS 100 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FOLHAS PAUTADAS SEM MARGEM, CAPA DURA NA COR PRETA	483474	UNIDADE	100	R\$ 16,00	R\$ 1.600,00
50	LIVRO ATA, MATERIAL:PAPEL CARTÃO, QUANTIDADE FOLHAS:200 UN CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATA COM FOLHAS NUMERADAS	283342	UNIDADE	100	R\$ 27,00	R\$ 2.700,00
51	LIVRO PROTOCOLO, QUANTIDADE FOLHAS:100 UN, TIPO CAPA:DURA, MATERIAL CAPA:PAPELÃO REFORÇADO, MATERIAL FOLHAS:PAPEL OFSETE	483473	UNIDADE	100	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
52	CAIXA ARQUIVO, MATERIAL PLÁSTICO CORRUGADO, COR COLORIDO, IMPRESSÃO PADRÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM TRAVA	622662	UNIDADE	150	R\$ 4,68	R\$ 702,00
53	CAIXA CORRESPONDÊNCIA, MATERIAL ACRÍLICO, COR FUMÊ, TIPO: TRIIPLEX, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ARTICULAÇÃO METÁLICA	387950	UNIDADE	30	R\$ 46,87	R\$ 1.406,10

54	MARCADOR PERMANENTE, MATERIAL CORPO:PLÁSTICO, MATERIAL PONTA:POLIÉSTER, COR TINTA:PRETA COR: VARIADAS	432309	UNIDADE	200	R\$ 1,90	R\$ 380,00
55	OBREIA, MATERIAL PAPEL CELULOSE VEGETAL, FORMATO CIRCULAR, APRESENTAÇÃO AUTO ADESIVA, COR BRANCA, TAMANHO PADRÃO, APLICAÇÃO COBRIR FUROS CAUSADOS POR PROJÉTEIS NOS ALVOS	483466	ROLO C/ 1000 UNIDADE	100	R\$ 14,70	R\$ 1.470,00
56	OBREIA, MATERIAL PAPEL CELULOSE VEGETAL, FORMATO CIRCULAR, APRESENTAÇÃO AUTO ADESIVA, COR PRETA, TAMANHO PADRÃO, APLICAÇÃO COBRIR FUROS CAUSADOS POR PROJÉTEIS NOS ALVOS.	483467	ROLO C/ 1000 UNIDADE	100	R\$ 15,57	R\$ 1.557,00
57	PAPEL PARA IMPRESSÃO A4 FORMATADO, TIPO:SULFITE /APERGAMINHADO/OFÍCIO:75 G /M2, COR:BRANCO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: PH ALCALINO	200017	RESMA C/ 500 FLS	500	R\$ 32,00	R\$ 16.000,00
58	PAPEL CARTÃO, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, GRAMATURA 180 G/M2, APLICAÇÃO CONFECÇÃO CARTÕES, CONVITES E FOLDERS	611840	PACOTE 50,00 FL	40	R\$ 16,54	R\$ 661,60
59	PAPEL AUTO ADESIVO MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE TIPO CONTACT	441683	ROLO C/ 50 M	14	R\$ 138,90	R\$ 1.944,60
60	PAPEL VERGÊ, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, COR DIVERSAS, GRAMATURA 120 G /M2, FORMATO A4	622712	PACOTE C/ 50 FL	50	R\$ 14,52	R\$ 726,00

61	PASTA ARQUIVO, MATERIAL: POLIPROPILENO, TIPO: L CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TRANSPARENTE, APLICAÇÃO: DOCUMENTOS	625277	PACOTE C/ 10 UNIDADE	100	R\$ 10,37	R\$ 1.037,00
62	PASTA ARQUIVO, MATERIAL: CARTÃO KRAFT, TIPO: SUSPENSA, COR:PARDA, PRENDEDOR INTERNO:TRILHO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: VISOR/HASTE/CABIDE/GANCHO PLÁSTICO NAS EXTREMIDADE, GRAMATURA:230 G/M2	287221	UNIDADE	300	R\$ 1,93	R\$ 579,00
63	PASTA ARQUIVO, MATERIAL: PLÁSTICO CORRUGADO FLEXÍVEL, TIPO:COM ABAS, LAR, COR: DIVERSAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ELÁSTICO	625931	UNIDADE	250	R\$ 2,30	R\$ 575,00
64	PASTA ARQUIVO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO CATÁLOGO, C O R P R E T A , CARACTERÍSTICAS: 50 ENVELOPES PLÁSTICOS	622664	UNIDADE	50	R\$ 14,50	R\$ 725,00
65	PASTA ARQUIVO, TIPO AZ, COR PRETA, PRENDEDOR INTERNO FERRAGEM REMOVÍVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS REVESTIDA DENTRO E FORA DE PLÁSTICO DURO/ACABAMEN	625648	UNIDADE	50	R\$ 13,90	R\$ 695,00
66	PERCEVEJO, MATERIAL METAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL LATONADO, TAMANHO 10 MM	609175	CAIXA C/100 UNIDADE	50	R\$ 5,00	R\$ 250,00
67	PERFURADOR PAPEL, MATERIAL FERRO FUNDIDO, TIPO MESA, TRATAMENTO SUPERFICIAL PINTURA EPÓXI, CAPACIDADE PERFURAÇÃO 60 FL, FUNCIONAMENTO MANUAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FURO REDONDO, QUANTIDADE FUROS 2 UN	629407	UNIDADE	10	R\$ 77,00	R\$ 770,00

68	PILHA, TAMANHO:PALITO, MODELO:AAA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO RECARREGÁVEL, SISTEMA ELETROQUÍMICO:ALCALINA, TENSÃO NOMINAL:1,5 V	432380	EMBALAGEM 2,00 UNIDADE	200	R\$ 3,90	R\$ 780,00
69	PILHA, TAMANHO:PEQUENA, MODELO:AA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO RECARREGÁVEL, SISTEMA ELETROQUÍMICO:ALCALINA, TENSÃO NOMINAL:1,5 V	419859	EMBALAGEM 4,00 UNIDADE	200	R\$ 6,33	R\$ 1.266,00
70	PINCEL ATÔMICO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PONTA CHANFRADA, TIPO CARGA DESCARTÁVEL, COR TINTA AZUL	435048	UNIDADE	100	R\$ 1,50	R\$ 150,00
71	PINCEL ATÔMICO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PONTA CHANFRADA, TIPO CARGA DESCARTÁVEL, COR TINTA PRETO	435050	UNIDADE	100	R\$ 1,52	R\$ 152,00
72	PINCEL ATÔMICO, MATERIAL: PLÁSTICO RECICLADO, TIPO PONTA:FELTRO, TIPO CARGA: DESCARTÁVEL, COR TINTA: VERMELHA	435051	UNIDADE	100	R\$ 1,57	R\$ 157,00
73	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL PLÁSTICO RECICLADO, MATERIAL PONTA FELTRO, TIPO CARGA DESCARTÁVEL, COR AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CILÍNDRICO	409978	UNIDADE	100	R\$ 1,60	R\$ 160,00
74	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL PLÁSTICO, MATERIAL PONTA FELTRO, TIPO CARGA DESCARTÁVEL, COR PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PONTA DE 2,5MM DE DIÂMETRO /TAMPA ANTIFIXANTE	447944	UNIDADE	100	R\$ 1,80	R\$ 180,00

75	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL PLÁSTICO, MATERIAL PONTA FELTRO, TIPO CARGA DESCARTÁVEL, COR VERMELHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PONTA DE 2,5MM DE DIÂMETRO/TAMPA ANTIASFIXIANTE	447945	UNIDADE	100	R\$ 1,62	R\$ 162,00
76	PORTA-LÁPIS/CLIQUE /LEMBRETE, MATERIAL ACRÍLICO, COR FUMÊ, TIPO CONJUGADO	435085	UNIDADE	50	R\$ 13,00	R\$ 650,00
77	PRANCHETA PORTÁTIL, MATERIAL ACRÍLICO, COR FUMÊ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM PRENDEDOR NIQUELADO	622665	UNIDADE	100	R\$ 16,00	R\$ 1.600,00
78	PRENDEDOR PAPEL, MATERIAL METAL, TIPO GRAMPOMOL, CAPACIDADE 50 FL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LOMBADA 25 MM, PONTA AÇO INOX, COR PRETA	601920	CAIXA C/ 12 UNIDADE	100	R\$ 12,50	R\$ 1.250,00
79	RÉGUA COMUM, MATERIAL: ALUMÍNIO, COMPRIMENTO:30 CM, GRADUAÇÃO:CENTÍMETRO E POLEGADA, TIPO MATERIAL: RÍGIDO	270870	UNIDADE	200	R\$ 1,70	R\$ 340,00
80	TESOURA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO PLÁSTICO, COMPRIMENTO 21 CM	477123	UNIDADE	100	R\$ 7,65	R\$ 765,00
81	BASTÃO SINALIZADOR, TIPO: LUZ QUÍMICA, COMPRIMENTO: 15 CM, COR:VARIADA, DURAÇÃO:12 H, APLICAÇÃO: SINALIZAÇÃO DE ATIVIDADES NOTURNAS	480024	UNIDADE	300	R\$ 11,90	R\$ 3.570,00
82	ELEMENTO FILTRANTE Carbon Block 9.3/4"Polipropileno e carvão Vazão: 200 l/h	631233	UNIDADE	80	R\$ 45,00	R\$ 3.600,00

83	FILTRO PURIFICAÇÃO ÁGUA 9.3/4" CARBON BLOCK, MATERIAL: POLIPROPILENO,, TAMANHO:9 POL, Vazão: 200 l/h	630009	UNIDADE	80	R\$ 77,00	R\$ 6.160,00
84	CORDA, MATERIAL: POLIAMIDA, TIPO:TRANÇADA, DIÂMETRO: 12 MM, COR:PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESTATICA.	231389	ROLO C/ 100 M	6	R\$ 380,00	R\$ 2.280,00
85	HIPOCLORITO DE CÁLCIO PARA LIMPEZA PISCINA , ASPECTO FÍSICO:PÓ BRANCO GRANULADO, ODOR DE CLORO, FÓRMULA QUÍMICA:CA CL2O2 ANIDRO, PESO ALCALINIZANTE MOLECULAR:142,98 G/MOL, TEOR DE PUREZA:PUREZA MÍNIMA DE 98% , TEOR MÍNIMO DE CLORO 65%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 7778-54-3	356562	BALDE 10 KG	100	R\$ 183,49	R\$ 18.349,00
86	SULFATO DE ALUMÍNIO, ASPECTO FÍSICO PÓ, FÓRMULA QUÍMICA AL2(SO4)3, PESO MOLECULAR 342,15 G/MOL, GRAU DE PUREZA MÍNIMA DE 99,99%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 10043-01-3	458137	QUILOGRAMA	1000	R\$ 18,00	R\$ 18.000,00
87	ALGICIDA, COMPOSIÇÃO POLIQUATERNÁRIO DE AMÔNIA (60%) 2,5%, SULFATO CÚP R, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, USO TRATAMENTO ÁGUA DE PISCINA, TIPO CHOQUE	608272	EMBALAGEM 5,00 L	100	R\$ 113,87	R\$ 11.387,00
88	BICARBONATO DE SÓDIO, ASPECTO FÍSICO PÓ BRANCO, FINO, PESO MOLECULAR 84,01 G/ MOL, FÓRMULA QUÍMICA NAHCO3, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99%, CARACTERISTICA ADICIONAL	412637	QUILOGRAMA	200	R\$ 29,21	R\$ 5.842,00

	REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA* CAS 144- 55-8					
89	LIMPA BORDA COMPOSIÇÃO: SURFACTANTES ANIÔNICOS E NÃO ANIÔNICOS 3% E QUARTE , ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO , APLICAÇÃO: LIMPEZA BORDA DE PISCINAS	245564	FRASCO 1 LITRO	100	R\$ 34,00	R\$ 3.400,00
90	CLARIFICANTE COMPOSIÇÃO: SOLUÇÃO DE CLORIDRÓXIDO , ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO , APLICAÇÃO: LIMPEZA PISCINA	454047	EMBALAGEM 5 LITROS	50	R\$ 59,98	R\$ 2.999,00
91	MANGUEIRA COM 6 METROS PARA ASPIRAÇÃO DE PISCINA COM 01 ADAPTADOR PARA MANGUEIRA E 02 PONTEIRAS PARA MANGUEIRA	483831	UNIDADE	10	R\$ 90,40	R\$ 904,00
92	KIT ESTOJO DE MEDIDOR DE PH/ESTOJO COM DOIS REAGENTES PARA A AVALIAÇÃO DO PH E DO CLORO E UM RECIPIENTE COMPARADOR	234691	UNIDADE	10	R\$ 69,00	R\$ 690,00
93	HIPOCLORITO DE CÁLCIO, ASPECTO FÍSICO:PÓ BRANCO GRANULADO, ODOR DE CLORO, FÓRMULA QUÍMICA:CA CL2O2 ANIDRO, PESO MOLECULAR: 142,98 G/MOL, TEOR DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 98% , TEOR MÍNIMO DE CLORO 65%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA:CAS 7778-54-3	356562	QUILOGRAMA	500	R\$ 25,30	R\$ 12.650,00
94	NAFTALENO, ASPECTO FÍSICO: ESFERAS BRANCAS, DE ODOR CARACTERÍSTICO	412712	QUILOGRAMA	20	R\$ 46,36	R\$ 927,20
95	ÓLEO DE PEROBA, COMPOSIÇÃO SOLVENTES MINERAL E VEGETAL COM AROMATIZANTE, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO OLEOGINOSO, AROMA MADEIRA NATURAL,	307513	UNIDADE	100	R\$ 10,80	R\$ 1.080,00

	APLICAÇÃO LIMPEZA, LUSTRO E RENOVAÇÃO DE MÓVEIS DE MADEIRA					
96	SABÃO PASTA, COMPOSIÇÃO GLICERINA, TENSOATIVO ANIÔNICO E CARBOIDRATO, APLICAÇÃO LIMPEZA PESADA COM AÇÃO DESENGRAXANTE	287791	POTE 500 GRAMA	200	R\$ 9,53	R\$ 1.906,00
97	ÁGUA SANITÁRIA EMBALAGEM 1 LITRO COMPOSIÇÃO QUÍMICA: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO , TEOR CLOROATIVO: VARIA DE 2 A 2,50% , DENSIDADE: DE 1,20 A 1 G/L, COR: INCOLOR , TIPO: COMUM E VALIDADE MÍNIMA DE 01 ANO APÓS A ENTREGA.	624677	FRASCO 1 LITRO	8000	R\$ 3,35	R\$ 26.800,00
98	ÁGUA SANITÁRIA EMBALAGEM 5 LITROS, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E VALIDADE MÍNIMA DE 01 ANO APÓS A ENTREGA.	624677	GARRAFA 5 LITROS	2000	R\$ 21,00	R\$ 42.000,00
99	ÁLCOOL ETÍLICO, TIPO: HIDRATADO, TEOR ALCOÓLICO: 70%_(70 GL), APRESENTAÇÃO: GEL	269943	FRASCO 1 LITRO	250	R\$ 13,50	R\$ 3.375,00
100	ÁLCOOL ETÍLICO FRASCO 1 LITRO ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO :70%_(70 GL).	475722	FRASCO 1 LITRO	500	R\$ 16,62	R\$ 8.310,00
101	AMACIANTE DE ROUPA, ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO VISCOSO, COMPOSIÇÃO: C L O R E T O D E DIALQUILDIMETILAMÔNIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMBALAGEM PLÁSTICA TAMPA E ALÇA E BIODEGRADÁVEL	610980	FRASCO 2,00 L	100	R\$ 19,12	R\$ 1.912,00
102	BALDE, MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE 20 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM ALÇA METÁLICA, APLICAÇÃO USO GERAL	355563	UNIDADE	200	R\$ 13,00	R\$ 2.600,00

103	BALDE, MATERIAL PLÁSTICO, COM ALÇA DE METAL TAMANHO GRANDE, CAPACIDADE 12 L	628545	UNIDADE	200	R\$ 10,90	R\$ 2.180,00
104	BORRIFADOR, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO SPRAY, CONTENDO BICO BORRIFADOR, CAPACIDADE 500 ML, APLICAÇÃO ACONDICIONAR SOLUÇÃO REVELADORA	272254	UNIDADE	200	R\$ 6,33	R\$ 1.266,00
105	CERA, TIPO LÍQUIDA, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS AUTOBRILHO, RESISTENTE E ANTIESTÁTICO, APLICAÇÃO TRATAMENTO DE PISOS	605667	FRASCO 750 ML	100	R\$ 5,90	R\$ 590,00
106	CESTO DE LIXO REDONDO OU RETANGULAR COM TAMPA PLÁSTICA, COM CAPACIDADE PARA 50 LITROS. FABRICADA EM POLIETILENO OU POLIPROPILENO INJETADO, SEM ESPAÇOS VAZADOS, NA COR CINZA, BEGE OU BRANCO. TAMPA SIMPLES, SEM PEDAL. APLICAÇÃO: USO INSTITUCIONAL.	607816	UNIDADE	100	R\$ 69,90	R\$ 6.990,00
107	CESTO LIXO, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE:12 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TELADO	262681	UNIDADE	200	R\$ 11,19	R\$ 2.238,00
108	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE 180 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ABNT/NBR 14.865, COR INCOLOR	625310	CAIXA 2500 UNIDADE	100	R\$ 110,00	R\$ 11.000,00
109	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL:POLIPROPILENO, CAPACIDADE:300 ML, COR: BRANCO	407442	PACOTE 100 UNIDADE	200	R\$ 9,50	R\$ 1.900,00
	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL:POLIESTIRENO,					

110	CAPACIDADE:50 ML, APLICAÇÃO:CAFÉ	629999	PACOTE 100 UNIDADE	50	R\$ 2,65	R\$ 132,50
111	DESENTUPIDOR VASO SANITÁRIO, MATERIAL BORRACHA FLEXÍVEL, COR PRETA, CABO MADEIRA, COMPRIMENTO CABO 50 CM	613248	UNIDADE	100	R\$ 12,00	R\$ 1.200,00
112	DESINFETANTE EMBALAGEM DE 2 LITROS COMPOSIÇÃO:À BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM AROMA, PRINCÍPIO ATIVO:CLORETO ALQUIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO +TENSIOATIVOS,	630559	EMBALAGEM 2 LITRO	4000	R\$ 10,98	R\$ 43.920,00
113	DESINFETANTE FRASCO 500 ML, COMPOSIÇÃO:À BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, PRINCÍPIO ATIVO:CLORETO ALQUIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO +TENSIOATIVOS, TEOR ATIVO:TEOR ATIVO EM TORNO DE 15%, FORMA FÍSICA: SOLUÇÃO AQUOSA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM AROMA	630559	FRASCO 500,00 ML	3000	R\$ 3,49	R\$ 10.470,00
114	DESODORIZADOR SANITÁRIO, COMPOSIÇÃO:PARADICLORO BENZENO MIN 98%., ESSÊNCIA: EUCALIPTO, ASPECTO FÍSICO: EM PEDRA 40 G, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SUPORTE PLÁSTICO PARA VASO SANITÁRIO	484680	EMBALAGEM 40 GRAMA	1000	R\$ 2,50	R\$ 2.500,00
115	DESODORIZADOR FRASCO 360 ML, ESSÊNCIA:LAVANDA /JASMIM, APRESENTAÇÃO: AEROSOL, APLICAÇÃO: AROMATIZADOR AMBIENTAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO CONTENHA CFC	331905	FRASCO 360,00 ML	1000	R\$ 9,85	R\$ 9.850,00
	DETERGENTE LIMPEZA VEÍCULO GALÃO 5 LITROS, ASPECTO FÍSICO SEMIPASTOSO,					

116	COMPOSIÇÃO SHAMPOO AUTOMOTIVO C/ CERA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LAVAGEM DE VEICULOS E SUPERFICIES PINTADAS	446182	GALÃO 5 L	100	R\$ 27,64	R\$ 2.764,00
117	DETERGENTE, COMPOSIÇÃO: AGENTE ALCALINO SOLUENTE E DETERGENTE SINTÉTICO., COMPONENTE ATIVO:LINEAR ALQUIBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, APLICAÇÃO: REMOÇÃO GORDURA E SUJEIRA EM GERAL., AROMA: NEUTRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CONTÉM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL	626321	EMBALAGEM 5 LITROS	500	R\$ 21,75	R\$ 10.875,00
118	DETERGENTE, COMPOSIÇÃO: DODECILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, APLICAÇÃO:LAVAGEM DE LOUÇAS, AROMA:INODORO, ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO INCOLOR	626321	FRASCO 500,00 ML	3000	R\$ 2,80	R\$ 8.400,00
119	ESCOVA LIMPEZA GERAL, MATERIAL CORPO:PLÁSTICO, MATERIAL CERDAS:NÁILON, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FORMATO ARREDONDADO, APLICAÇÃO:VASO SANITÁRIO	333358	UNIDADE	300	R\$ 5,00	R\$ 1.500,00
120	ESCOVA ROUPA, MATERIAL CORPO:PLÁSTICO, MATERIAL CERDAS:PET, COR CERDAS: BRANCA E AZUL	446274	UNIDADE	200	R\$ 3,75	R\$ 750,00
121	ESPONJA LIMPEZA, MATERIAL ESPUMA/ NYLON, FORMATO RETANGULAR, ABRASIVIDADE MÍNIMA/ MÉDIA, APLICAÇÃO UTENSÍLIOS E LIMPEZA EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DUPLA FACE	620662	PACOTE COM 4 UNIDADES	700	R\$ 6,62	R\$ 4.634,00
122	ESPONJA LIMPEZA, MATERIAL LÃ AÇO, FORMATO ANATÔMICO, ABRASIVIDADE MÍNIMA, APLICAÇÃO UTENSÍLIOS DE ALUMÍNIO	225907	PACOTE 8 UNIDADES	500	R\$ 3,60	R\$ 1.800,00

123	ESTOPA, MATERIAL FIO ALGODÃO CRÚ, APLICAÇÃO LIMPEZA PESADA	300146	PACOTE 1,00 KG	150	R\$ 15,00	R\$ 2.250,00
124	FLANELA, MATERIAL ALGODÃO, COR LARANJA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ACABAMENTO NAS BORDAS	420506	UNIDADE	4000	R\$ 1,96	R\$ 7.840,00
125	GUARDANAPO DE PAPEL, MATERIAL CELULOSE, COR BRANCA, TIPO FOLHAS SIMPLES	392703	PACOTE 50 UNIDADE	2000	R\$ 3,80	R\$ 7.600,00
126	HIDRÓXIDO DE SÓDIO, ASPECTO FÍSICO ESCAMAS ESBRANQUIÇADAS, ALTAMENTE HIGROSCÓPICO, PESO MOLECULAR 40 G/MOL, FÓRMULA QUÍMICA NAOH, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 95%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL SODA CÁUSTICA COMERCIAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 1310-73-2	436608	EMBALAGEM 1 KG	150	R\$ 25,99	R\$ 3.898,50
127	INSETICIDA AEROSOL FRASCO 360 ML TIPO: USO DOMÉSTICO - MATA BARATA E MOSQUITOS	484679	FRASCO COM 360ML	400	R\$ 18,00	R\$ 7.200,00
128	LIMPADOR BASE ÁCIDA, COMPOSIÇÃO BÁSICA:ÁCIDO SULFÔNICO, FLUORÍDRICO E MURIÁTICO, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, COR:INCOLOR, APLICAÇÃO:LIMPEZA DE PISOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BIODEGRADÁVEL	481024	EMBALAGEM 5 LITROS	200	R\$ 28,50	R\$ 5.700,00
129	LIMPA-VIDRO, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS ANIÔNICOS / SEQUESTRANTES / HIDRÓXIDO	601034	FRASCO 500 ML	400	R\$ 7,80	R\$ 3.120,00
130	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL LÁTEX, TAMANHO MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS	619846	CAIXA C/ 100 UNIDADE	50	R\$ 38,87	R\$ 1.943,50

	SEM PÓ, TIPO AMBIDESTRA, TIPO USO DESCARTÁVEL					
131	LUVA MULTIUSO MATERIAL: LÁTEX, TAMANHO:GRANDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ANATÔMICA,TIPO:CANO LONGO, APLICAÇÃO LIPEZA PESADA.	477578	PAR	500	R\$ 6,39	R\$ 3.195,00
132	MANGUEIRA JARDIM, MATERIAL PVC E POLIÉSTER TRANÇADO, DIÂMETRO 1/2 POL, COMPRIMENTO 50 M, COR CRISTAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TRÊS CAMADAS INTERMEDIARIA DE PVC TRANSPARENTE	455723	ROLO 50 METROS	50	R\$ 188,00	R\$ 9.400,00
133	MÁSCARA DESCARTÁVEL USO GERAL, MATERIAL:FIBRA DE POLIÉSTER, TIPO FIXAÇÃO: TIRA ELÁSTICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GRAMPO AJUSTE NASAL EM ALUMÍNIO	483888	CAIXA C/ 50 UNIDADE	150	R\$ 13,89	R\$ 2.083,50
134	ÓCULOS PROTEÇÃO, MATERIAL ARMAÇÃO:POLICARBONATO E NYLON, TIPO PROTEÇÃO: LATERAL, MATERIAL PROTEÇÃO:POLICARBONATO, TIPO LENTE:ANTI-RISCO, ANTI-EMBAÇANTE, COR LENTE: INCOLOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM CORDÃO DE SEGURANÇA, HASTES DE COR PRETA, MATERIAL LENTE: POLICARBONATO	634184	UNIDADE	100	R\$ 6,08	R\$ 608,00
135	ÓLEO LUBRIFICANTE, USO MOTORES DE ROÇADEIRAS 2 TEMPOS, TIPO MINERAL, CLASSIFICAÇÃO API TC, VISCOSIDADE CST 100°C, DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR À A MARCA STHIL	633920	EMBALAGEM 500 ML	400	R\$ 20,00	R\$ 8.000,00
	ÓLEO LUBRIFICANTE, USO MOTORES DE POPA 2 TEMPOS, TIPO MINERAL,					

136	CLASSIFICAÇÃO API TC, VISCOSIDADE CST 100°C, DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR À MARCA YAMAHA	633920	EMBALAGEM 1 LITRO	100	R\$ 79,90	R\$ 7.990,00
137	PÁ COLETORA LIXO, MATERIAL COLETOR:PLÁSTICO, MATERIAL CABO:METAL REVESTIDO COM PLÁSTICO, COMPRIMENTO CABO:60 CM, MODELO:SEM TAMPA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO E COLETOR EM ÂNGULO DE 90°	338696	UNIDADE	200	R\$ 13,00	R\$ 2.600,00
138	PANO LIMPEZA, MATERIAL 100% EM FIBRA DE VISCOSE, L Á T E X SINTÉTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MICROPERFURADO /GRAMATURA 41G/ M2 /MULTIUSO, APLICAÇÃO USO GERAL, COR VERDE, TIPO BOBIMA	416696	ROLO C/ 300 M	25	R\$ 79,00	R\$ 1.975,00
139	PANO LIMPEZA, MATERIAL ALGODÃO CRU, COMPRIMENTO 80 CM, LARGURA 50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CHÃO, TIPO SACO	357462	UNIDADE	10000	R\$ 5,84	R\$ 58.400,00
140	PAPEL HIGIÊNICO, MATERIAL CELULOSE VIRGEM, 10 CM, TIPO PICOTADO, QUANTIDADE FOLHAS DUPLA, COR BRANCA	626489	PACOTE 4,00 UNIDADE	5000	R\$ 6,95	R\$ 34.750,00
141	REPELENTE, PRINCÍPIO ATIVO À BASE DE DEET, CONCENTRAÇÃO 12 A 25%, FORMA FARMACÊUTICA SPRAY POTÁSSICO, CONCENTRAÇÃO 62% P/V, APRESENTAÇÃO CONCENTRADO SOLÚVEL	453057	FRASCO 200 ML	100	R\$ 13,40	R\$ 1.340,00
142	RODO, COMPRIMENTO SUPORTE:40 CM, MATERIAL SUPORTE:MADEIRA, MATERIAL CABO:MADEIRA COM CAPA PLÁSTICA, CARACTERÍSTICAS QUANTIDADE BORRACHAS:2 UNIDADE	626109	UNIDADE	800	R\$ 12,99	R\$ 10.392,00

143	RODO, MATERIAL CABO ALUMÍNIO, MATERIAL SUPORTE ALUMÍNIO, QUANTIDADE BORRACHAS 2 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CABO COM ROSCA	630174	UNIDADE	200	R\$ 35,25	R\$ 7.050,00
144	SABÃO BARRA, COMPOSIÇÃO BÁSICA SABÃO GLICERINADO, TIPO NEUTRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1ª QUALIDADE	298406	PACOTE COM 5 UNIDADE	200	R\$ 12,30	R\$ 2.460,00
145	SABÃO PÓ, APLICAÇÃO LAVAR ROUPAS, ADITIVOS ALVEJANTE, ODOR FLORAL, ASPECTO FÍSICO PÓ, COMPOSIÇÃO ÁGUA, ALQUIL BENZENO SULFATO DE SÓDIO, CORANTE, C A, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BIODEGRADÁVEL	255136	EMBALAGEM 1KG	8000	R\$ 6,99	R\$ 55.920,00
146	SABÃO PÓ, APLICAÇÃO LAVAR ROUPAS, ADITIVOS ALVEJANTE, ODOR FLORAL, ASPECTO FÍSICO PÓ, COMPOSIÇÃO ÁGUA, ALQUIL BENZENO SULFATO DE SÓDIO, CORANTE, C A, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BIODEGRADÁVEL	255136	EMBALAGEM 5 KG	2000	R\$ 29,99	R\$ 59.980,00
147	SABONETE LÍQUIDO COM AROMAS VARIADOS,, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO, ACIDEZ PH 6 A 8, APLICAÇÃO ASSEPSIA DAS MÃOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS AGENTE BACTERICIDA, COMPOSIÇÃO TENSOATIVOS ANIÔNICOS E NÃO ANIÔNICOS, SOLVENTE	463131	BOLSA 800ML	300	R\$ 13,50	R\$ 4.050,00
148	SABONETE ASPECTO FÍSICO: SÓLIDO , PESO: APROXIMADAMENTE 85 G, AROMA: SUAVE	620659	UNIDADE	500	R\$ 1,87	R\$ 935,00

149	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 30 L, COR PRETA, APRESENTAÇÃO PEÇA ÚNICA.	226092	PACOTE 100 UN	300	R\$ 13,00	R\$ 3.900,00
150	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE:100 L, COR: PRETA, APRESENTAÇÃO:PEÇA ÚNICA, APLICAÇÃO:COLETA DE LIXO	481090	PACOTE 100 UN	600	R\$ 38,20	R\$ 22.920,00
151	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE:200 L, COR: PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:REFORÇADO, APLICAÇÃO:COLETA DE LIXO	615648	PACOTE 100 UN	500	R\$ 48,75	R\$ 24.375,00
152	SACO, MATERIAL RÁFIA TRANÇADO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 50 KG, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS	407173	UNIDADE	200	R\$ 11,98	R\$ 2.396,00
153	SAPONÁCEO COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS ANIÔNICOS, ALCALINIZANTES, ESPESSANTE, APLICAÇÃO: LIMPEZA, ASPECTO FÍSICO: CREMOSO	397370	UNIDADE	400	R\$ 10,78	R\$ 4.312,00
154	SOLUÇÃO LIMPEZA MULTIUSO, COMPOSIÇÃO BÁSICA ÁGUA SANITÁRIA, ALVEJANTE E DESINFETANTE, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, APLICAÇÃO LIMPEZA GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TAMPA DOSADORA DE FLUXO	405276	FRASCO 500 ML	500	R\$ 7,56	R\$ 3.780,00
155	TELA ODORIZANTE, MATERIAL: PLÁSTICO EMBORRACHADO, TIPO USO:MICTÓRIO, COR: VARIADA, ODOR:VARIADO	326030	UNIDADE	600	R\$ 3,20	R\$ 1.920,00
156	TOALHA DE PAPEL, MATERIAL PAPEL, TIPO FOLHA DUPLA PICOTADA, COR BRANCA	410381	PACOTE C/ 2 ROLOS	600	R\$ 7,09	R\$ 4.254,00
	VASSOURA, MATERIAL CERDAS NÁILON, MATERIAL					

157	CABO MADEIRA, MATERIAL CEPA PLÁSTICO, COMPRIMENTO CERDAS 11 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CABO ROSQUEADO, TIPO DOMÉSTICA, TIPO CABO COMPRIDO, LARGURA CEPA 21 CM, APLICAÇÃO LIMPEZA EM GERAL	627609	UNIDADE	600	R\$ 11,20	R\$ 6.720,00
158	VASSOURA, MATERIAL CERDAS:PÊLO SINTÉTICO, MATERIAL CEPA:MADEIRA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO ROSQUEÁVEL	446269	UNIDADE	600	R\$ 12,00	R\$ 7.200,00
159	VASSOURA, MATERIAL CERDAS:PIAÇAVA, MATERIAL CABO:MADEIRA, MATERIAL CEPA:MADEIRA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CABO ROSQUEADO, TIPO: GARI	318938	UNIDADE	600	R\$ 10,90	R\$ 6.540,00
160	MOP PÓ MATERIAL: FIBRAS DE ACRÍLICO. COMPRIMENTO: APROXIMADAMENTE 60 CM. APLICAÇÃO: LIMPEZA ACABAMENTO: FECHAMENTO POR LAÇOS COSTURADOS CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO INCLUSO; LAVÁVEL E ADAPTÁVEL A MODELOS COMPATÍVEIS COM CABELEIRA UNIVERSAL. DEVE INCLUIR ARMAÇÃO, REFIL DE FIOS SINTÉTICOS E CABO DE METAL.	415215	UNIDADE	30	R\$ 145,00	R\$ 4.350,00
161	PEÇA / ACESSÓRIO / COMPONENTE PARA MOP ÁGUA / PÓ CABELEIRA DE MOP PÓ, PRODUZIDO COM FIOS SINTÉTICOS QUE DURANTE A LIMPEZA GERAM ESTÁTICA RECOLHENDO TODO O PÓ E SUJEIRA. SEU DESENHO RETANGULAR E PLANO AUXILIA NA LIMPEZA, SENDO POSSÍVEL ALCANÇAR OS CANTOS E EMBAIXO DE	33	UNIDADE	70	R\$ 40,84	R\$ 2.858,80

	MÓVEIS. TAMANHO 60 CM. MODELO COMPATÍVEL COM ENCAIXE UNIVERSAL					
162	REFIL. MATERIAL: FIBRA SINTÉTICA (FIO ALGODÃO 85% NO MÍNIMO) APLICAÇÃO: LIMPEZA E ABSORÇÃO DE SUJEIRA TIPO: REFIL PARA MOP CABELEIRA DE MOP ÚMIDO PONTA DOBRADA. TIPO PONTA: DOBRADA APLICAÇÃO: SALA LIMPA E AMBIENTES ESTÉREIS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL E COMPATÍVEL C/ ESTERILIZAÇÃO GAMA. CABELEIRA DE MOP (REFIL PARA EFETUAR LIMPEZA DE PISOS FRIO, PORCELANATO E MADEIRAS) PARA ÚMIDO COM 85% DE ALGODÃO E 15% DE POLIÉSTER EM SUA COMPOSIÇÃO. MODELO COMPATÍVEL COM ENCAIXE UNIVERSAL. GRAMATURA: 320 G	626487	UNIDADE	70	R\$ 44,91	R\$ 3.143,70
163	BALDE COM ESPREMEDOR MATERIAL BALDE: PLÁSTICO MATERIAL ESPREMEDOR: PLÁSTICO MATERIAL BASE: PLÁSTICO CAPACIDADE BALDE: APROXIMADAMENTE 30 L TIPO ESPREMEDOR: PRESSÃO VERTICAL INFORMAÇÃO ADICIONAL: INCLUI MOP ÚMIDO DE 320 G. BALDE COM SISTEMA DE 2 ÁGUAS COM DIVISÓRIA, ESPREMEDOR COM PRESSÃO SUPERIOR, UM DRENO DE ESCOAMENTO DE ÁGUA SUJA E RODÍZIOS PARA FACILITAR SEU DESLOCAMENTO.	450518	UNIDADE	15	R\$ 530,00	R\$ 7.950,00
164	MOP ÚMIDO MATERIAL: MICROFIBRA TIPO PONTA: DOBRADA APLICAÇÃO: LIMPEZA ESTILO UNIVERSAL	449799	UNIDADE	40	R\$ 86,92	R\$ 3.476,80

	COMPATÍVEL COM REFIL UNIVERSAL. GRAMATURA: 320					
--	---	--	--	--	--	--

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de contados **01 (um) ano da publicação no PNCP** com **possibilidade da renovação por igual período com quantitativo originalmente** registrados na Ata de Registro de na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. **Havendo qualquer discordância na especificação entre o código do CATMAT e a do Termo de Referência, prevalecerá a do Termo de Referência.**
- 1.7. **A qualquer momento da licitação ou do fornecimento dos materiais, poderá, a critério da administração, serem realizado diligências, para fins de verificação da situação dos preços, regularidade da empresa e dos produtos propostos, ficando condicionado sua aceitação ou recebimento, vinculado ao resultado da . respectiva diligência, sem prejuízo das multas e sanções previstas no edital e seus anexos.**

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A solução proposta consiste na aquisição contínua e planejada de materiais de limpeza, materiais de expediente e demais itens necessários à manutenção da vida vegetativa do Comando de Fronteira Acre, de forma a garantir a eficiência administrativa, a higiene das instalações e a preservação do ambiente de trabalho, durante todo o ciclo de vida útil dos produtos adquiridos.

3.2. Abrangência da Solução

A contratação abrangerá:

- Materiais de limpeza: detergentes, desinfetantes, água sanitária, álcool 70%, sabão, papel higiênico, papel toalha, sacos de lixo, panos de limpeza e outros insumos correlatos.
- Materiais de expediente: papel A4, canetas, lápis, pastas, envelopes, toners, cartuchos, grampeadores e outros itens de consumo administrativo.
- Demais materiais de vida vegetativa: produtos destinados à manutenção básica das instalações, pequenas reparações e conservação de ambientes, garantindo a operacionalidade da unidade.

3.3. Ciclo de Vida dos Produtos

A solução considera o ciclo de vida completo dos itens, desde a aquisição até o descarte seguro, garantindo:

- Recebimento e inspeção: conferência quantitativa e qualitativa no momento da entrega;
- Armazenamento adequado: locais ventilados, protegidos de intempéries e identificados, respeitando normas de segurança e higiene;
- Uso eficiente: distribuição de acordo com a demanda dos setores administrativos e logísticos, evitando desperdícios;
- Reposição contínua: aquisição periódica conforme consumo real e planejamento orçamentário;
- Destinação final adequada: descarte seguro de embalagens, papéis e produtos químicos, em conformidade com normas ambientais e de saúde.

3.4. Especificação dos Produtos

Todos os materiais a serem adquiridos obedecem às seguintes especificações:

- Materiais de limpeza: produtos registrados e autorizados pelos órgãos competentes (ANVISA, IBAMA quando aplicável), com formulação segura, biodegradável sempre que possível, embalagens identificadas e padronizadas;
- Materiais de expediente: itens de papelaria com padrão comercial, durabilidade compatível com o uso administrativo, recicláveis e certificados quando disponíveis;
- Materiais de vida vegetativa: produtos com especificações técnicas adequadas ao uso em manutenção, conservação e pequenas reparações, garantindo segurança e eficiência.

3.5. Critérios de Eficiência e Continuidade

A solução permite:

- Parcelamento e registro de preços, garantindo abastecimento contínuo e ajustável à demanda;
- Padronização de produtos, evitando incompatibilidade e facilitando a gestão de estoque;
- Adequação ambiental, promovendo uso consciente, redução de impactos e descarte seguro;
- Flexibilidade operacional, permitindo ajustes de quantidade e prioridade conforme necessidade real da unidade.

3.6. Resultado Esperado

A execução desta solução permitirá que o Comando de Fronteira Acre mantenha suas atividades administrativas e operacionais de forma contínua, eficiente e econômica, assegurando condições de higiene, segurança e organização adequadas aos setores e ao efetivo militar, com responsabilidade ambiental e conformidade normativa ao longo de todo o ciclo de vida dos produtos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam na Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

4.1.1. Materiais de Limpeza: O objetivo é reduzir o impacto ambiental e melhorar a saúde ocupacional. Recomenda-se substituir produtos químicos agressivos por produtos biodegradáveis, priorizar refis em vez

de embalagens descartáveis, utilizar panos reutilizáveis em vez de papel toalha, realizar a separação adequada de resíduos (recicláveis, orgânicos e perigosos) e treinar a equipe sobre a dosagem correta de produtos, evitando desperdícios.

4.1.2. Materiais de Expediente: O objetivo é reduzir o consumo de papel, plástico e outros materiais descartáveis. Sempre que possível, os documentos devem ser digitalizados. É recomendada a utilização de papel reciclado ou proveniente de reflorestamento certificado, canetas e marcadores recarregáveis, reciclagem de cartuchos de impressora e o uso de pastas, clips e grampos reutilizáveis.

4.1.3. Outros Materiais de Consumo: Para manutenção da vida vegetativa ou áreas verdes, devem ser utilizados fertilizantes e defensivos orgânicos ou de baixo impacto, promover a coleta de água da chuva para irrigação, realizar compostagem de resíduos orgânicos para adubação e plantar espécies nativas, resistentes e de baixo consumo hídrico. Na infraestrutura, recomenda-se o uso de lâmpadas LED, sensores de presença e equipamentos com selo de eficiência energética, além de incentivar a reutilização de móveis e equipamentos.

4.1.4. Gestão e Monitoramento: É importante criar indicadores de consumo sustentável, como água, energia, papel e produtos químicos. Deve-se revisar periodicamente contratos de fornecedores priorizando sustentabilidade, oferecer treinamento contínuo de militares e servidores para promover uma cultura verde e incentivar práticas de economia circular dentro do Comando.

4.1.5. Benefícios Esperados: Com essas práticas, espera-se redução de custos operacionais, menor impacto ambiental e preservação da biodiversidade local, melhoria da saúde e segurança do pessoal, além do cumprimento de políticas governamentais e certificações ambientais.

Subcontratação

4.2. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

Garantia da contratação

4.3. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar. **De acordo com a tipicidade do material, não será exigido garantia contratual, uma vez que o pagamento do objeto só será efetivado após a entrega do material***

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.4. *Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.*

4.4.1. *Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal[A12] .*

4.4.2. *Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.*

4.4.3. *Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de **60 (SESSENTA)** dias, contados da **NOTA DE EMPENHO**, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **10 (DEZ)** dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA – 4º BIS	
LOCAL DE ENTREGA	Almoxarifado do 4º Batalhão de Infantaria de Selva (4ºBIS) Rua Colômbia, S/nº, Bairro Bosque, Rio Branco/AC.
HORÁRIO LOCAL	DIAS DA SEMANA
09h30min às 11h30min; e 14h00min às16h00min	segunda-feira à quinta-feira
08h00min às 11h30mi	sexta-feira

- 5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a **01 (UM)** ano do prazo total recomendado pelo fabricante.
- 5.4.1. A Nota de Empenho, após devidamente emitida e assinada pela autoridade competente, será encaminhada ao endereço eletrônico cadastrado pelo fornecedor no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, momento a partir do qual terá início a contagem do prazo para cumprimento da obrigação de entrega dos bens, independentemente de confirmação de recebimento pelo destinatário.
- 5.4.2. A responsabilidade pela manutenção e atualização dos dados cadastrais no SICAF é exclusiva do fornecedor, nos termos do art. 7º da Instrução Normativa nº 53, de 28 de abril de 2018, não podendo eventual desatualização ser alegada como justificativa para descumprimento de prazos ou obrigações contratuais.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

- 6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

- 6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

- 6.15. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;

- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para a infração descrita na alínea “d”, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
 - 7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (QUINZE) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (QUINZE) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.[A2]
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (QUINZE) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, **em publicação no PNCP**

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será **de forma parcelada, de acordo com as demandas previstas e descentralização de recursos por parte do governo federal, o que justifica a opção de sistema de registro de preços (SRP). Quando contratados, os itens elencados deverão ser entregues em remessa única no setor do almoxarifado no endereços relacionado no item locais de entrega.**

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11] :

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo* de 5% (Cinco) do *valor total estimado da contratação*

9.28. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;*

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

9.33.1. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

9.33.1.1. Provação de execução total de fornecimento de objeto compatível com o pretendido em quantitativo correspondente a, pelo menos, 5 % (cinco por cento) do estimado neste certame.

9.33.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.[A18]

9.33.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.[A19]

9.33.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 821.426,40 (Oitocentos e vinte um mil, quatrocentos e vinte seis reais e quarenta centavos), conforme custos unitários apostos na [tabela contida no item 1.1 acima]

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 160002
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...].

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Rio Branco, 19 de fevereiro de 2026.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

13. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1. O adjudicatário terá o prazo de 07 (SETE) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

13.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

13.4. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

13.5. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.6. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

13.7 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.7.1. São obrigações do Contratante:

13.7.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

13.7.4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.7.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

13.7.6. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

13.7.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

13.7.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

13.7.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

13.7.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

13.7.10.1. A Administração terá o prazo de **05 (CINCO) dias úteis**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]

13.7.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **15 (QUINZE) dias úteis**.

13.7.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

13.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13.9 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

13.10. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.10.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

13.10.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.10.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.10.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.10.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

13.10.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

13.10.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

13.10.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

13.10.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

13.10.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.10.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

13.10.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

13.10.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.10.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

13.10.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

13.10.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

13.10.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

13.10.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.10.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

13.11. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.11.1 *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

13.12. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

13.13. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

13.13.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

13.13.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*[A13]

13.14. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.14.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.14.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

13.14.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.15. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.15.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.15.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.15.3. Indenizações e multas.

13.16. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.17. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13.18. DOS CASOS OMISSOS

13.18.1 Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

13.19. ALTERAÇÕES

13.19.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.20. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

13.21. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

13.22. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.23. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. 24 FORO

13.25. Fica definido o Foro da Justiça Federal em **Rio Branco Acre** Seção Judiciária de Acre para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUIZ HENRIQUE SILVA DE SOUZA

Chefe equipe planejamento e contratação

FABIO ROBERTO SANTOS ALCANTARA

Ordenador de Despesas

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO**

ANEXO II

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº --- PE 90001/2026
(Processo Administrativo nº 65323.000372/2026-86)

1. O Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva (Cmnd Fron Ac/4º BIS), com sede no Estado do Acre, na cidade de Rio Branco, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 09.655.599/0001-76, neste ato representado pelo Senhor **FABIO ROBERTO SANTOS ALCÂNTARA** - ordenador de despesas, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90001/2026, publicada no DOU de, processo administrativo n.º 65323.000372/2026-86, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

2. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Contratação de serviços de limpeza e higienização de reservatório de água potável, limpeza de fossa, serviços de desinsetização, desratização, descupinização, limpeza de forro, desmorcegação e controle de pássaros, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação n.º 90001/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

3.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

4.1. O órgão gerenciador será o(a) **Comando de Fronteira Acre / 4º Batalhão de Infantaria de Selva.**

4.2.

4.3. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

5.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

5.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

5.9. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 5.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.1.1. Em caso de prorrogação da ata, *podrá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

6.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no **edital** e se obrigar nos limites dela;

6.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

6.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no **edital**; e

6.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.

6.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 6.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do **edital**, poderá:

6.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante

decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1. Por razão de interesse público;

10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo I ao *edital*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Rio Branco – AC, de de 2026.

CONTRATANTE:
FABIO ROBERTO SANTOS ALCÂNTARA
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4º
BIS

CONTRATADA
Representante da contratada
CPF:

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade